

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

RICARDO GABRIEL RIBEIRO DIAS

**AS DEFINIÇÕES DE ECONOMIA DE JOHN STUART MILL E LIONEL ROBBINS E
O IMPERIALISMO DA CIÊNCIA ECONÔMICA**

**Porto Alegre
2023**

RICARDO GABRIEL RIBEIRO DIAS

**AS DEFINIÇÕES DE ECONOMIA DE JOHN STUART MILL E LIONEL ROBBINS E
O IMPERIALISMO DA CIÊNCIA ECONÔMICA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador(a): Prof. Dr. Hélio Afonso de Aguiar Filho

**Porto Alegre
2023**

CIP - Catalogação na Publicação

Dias, Ricardo Gabriel Ribeiro
AS DEFINIÇÕES DE ECONOMIA DE JOHN STUART MILL E
LIONEL ROBBINS E O IMPERIALISMO DA CIÊNCIA ECONÔMICA
/ Ricardo Gabriel Ribeiro Dias. -- 2023.
59 f.
Orientador: Hélio Afonso de Aguiar Filho.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Imperialismo econômico. 2. John Stuart Mill. 3.
Lionel Robbins. 4. Nova Economia Institucional. 5.
Nova Geografia Econômica. I. Filho, Hélio Afonso de
Aguilar, orient. II. Título.

RICARDO GABRIEL RIBEIRO DIAS

**AS DEFINIÇÕES DE ECONOMIA DE JOHN STUART MILL E LIONEL ROBBINS E
O IMPERIALISMO DA CIÊNCIA ECONÔMICA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, 05 de abril de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Hélio Afonso de Aguiar Filho - Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Thomas Hyeono Kang

UFRGS

Prof. Dr. Alessandro Donadio Miebach

UFRGS

AGRADECIMENTOS

À minha família. Minha mãe, Vera Beatriz, por todo o apoio, e meu pai, Marcos Ricardo, por toda a confiança. Também, a Adriana Cabral.

À minha companheira, Myanga Ferreira, me fazendo ser uma pessoa melhor a cada dia que passa, e à sua mãe, Maria Eraci.

Aos professores, em especial, ao meu orientador, Hélio Afonso de Aguiar Filho, por toda a paciência e aprendizado para que este trabalho pudesse ser realizado.

Por fim, às amizades durante a graduação. Em especial, José, Mathias, Mário, Masseroni, James, Pedro e Vitor. Até o último rugido do leão.

RESUMO

A origem da Economia como disciplina acadêmica está associada à delimitação de seu escopo de análise e a definição de seu objeto de estudo. O que se assistiu ao longo do tempo foi que a Economia passou de uma situação de isolamento para outra em que alargou suas fronteiras, incorporando os domínios de outras ciências sociais. Ao processo de expansão da Economia sobre outros domínios, dá-se o nome de imperialismo econômico, tal como formulado por Uskali Mäki. O objetivo principal da presente monografia é analisar dois episódios de imperialismo da Economia, a saber, o da nova economia institucional (NEI) e o da nova geografia econômica (NGE), à luz das definições de Economia de John Stuart Mill e Lionel Robbins. A hipótese é que a definição de Robbins, por ser mais abrangente em termos de escopo, é mais permissiva ao alargamento das fronteiras da ciência econômica, tal qual ilustrado por esses casos.

Palavras-chave: Imperialismo econômico. John Stuart Mill. Lionel Robbins. Nova economia institucional. Nova geografia econômica.

ABSTRACT

The origin of Economics as an academic discipline is associated with the delimitation of its scope of analysis and the definition of its object of study. What was witnessed over time was that Economics went from a situation of isolation to another in which it expanded its borders, incorporating the domains of other social sciences. The process of economic expansion into other domains is called economic imperialism, as formulated by Uskali Mäki. The main objective of this monograph is to analyze two episodes of economic imperialism, namely, the new institutional economics (NEI) and the new economic geography (NGE), in the light of the definitions of economics by John Stuart Mill and Lionel Robbins. The hypothesis is that Robbins' definition, being more comprehensive in terms of scope, is more permissive to expanding the boundaries of economics, as illustrated by these cases.

Keywords: Economic imperialism. John Stuart Mill. Lionel Robbins. New institutional economics. New economic geography.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	O IMPERIALISMO ECONÔMICO PARA USKALI MÄKI.....	8
3	DUAS DEFINIÇÕES DE ECONOMIA.....	19
3.1	A DEFINIÇÃO DE ECONOMIA PARA JOHN STUART MILL.....	19
3.2	A DEFINIÇÃO DE ECONOMIA PARA LIONEL ROBBINS.....	24
4	NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL.....	29
4.1	A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL E O CONCEITO DE IMPERIALISMO ECONÔMICO DE MÄKI.....	32
4.2	AS DEFINIÇÕES DE ECONOMIA DE MILL E ROBBINS E O IMPERIALISMO DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL.....	38
5	A NOVA GEOGRAFIA ECONÔMICA.....	41
5.1	A NOVA GEOGRAFIA ECONÔMICA E O CONCEITO DE IMPERIALISMO ECONÔMICO DE MÄKI.....	45
5.2.	AS DEFINIÇÕES DE ECONOMIA DE MILL E ROBBINS E O IMPERIALISMO DA NOVA GEOGRAFIA ECONÔMICA.....	49
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
	REFERÊNCIAS.....	54

1 INTRODUÇÃO

A partir da metade do século XIX, as disciplinas das Ciências Sociais se estabeleceram como tal, delimitando suas respectivas fronteiras disciplinares, de acordo com o objeto de estudo. Em seus primórdios, a Economia como disciplina esteve associada aos estudos da economia política, com foco no processo de geração da riqueza. Um autor ligado à Economia nessa versão como ciência da riqueza é John Stuart Mill, que será uma de nossas definições abordadas.

Com as contribuições posteriores dos marginalistas, a economia política perde espaço para uma economia “pura”, com análises baseadas no comportamento otimizador dos indivíduos influenciados pela escassez e substituindo as ideias de valor pelo cálculo marginal. A noção do “econômico” também sofre mudanças. Anteriormente, estava associado à riqueza substantiva, ações humanas voltadas à acumulação de riqueza, e agora é associado às ações humanas influenciada pela escassez. A consolidação desse processo será representada por Lionel Robbins, outra definição a ser tratada.

A expansão e avanços dos limites disciplinares entre as ciências é algo recorrente, sendo que certa permeabilidade é inevitável no decorrer do tempo. Na Economia a expansão do seu domínio passou a ocorrer facilitada exatamente pela mudança na concepção de Economia salientada acima, quando seu objeto de estudo deixou de ser voltado a um assunto específico, passando a um objeto relacionado a um aspecto do comportamento humano, tornando cada vez mais abrangente. Por consequência, o escopo da disciplina expandiu-se com o aumento dos itens explicados (IOANNIDES; NIELSEN, 2007). É esse processo que está relacionado ao fenômeno conceituado como “imperialismo econômico”, que alarga as fronteiras da Economia para as demais ciências sociais, conforme estudado pelo filósofo finlandês Uskali Mäki.

Com base no exposto, o objetivo principal da presente monografia é analisar o imperialismo recente da ciência econômica à luz das definições de Economia de John Stuart Mill e Lionel Robbins. Deste modo, abordará uma situação em que a lógica da associação da Economia com as demais Ciências Sociais passa do isolamento, para se basear naquilo que Max Weber chamou de predomínio da ‘ação econômica pura’. No caso, serão analisados os eventos da Nova Economia Institucional e da Nova Geografia Econômica. A hipótese é que a definição de

Robbins, por ser mais abrangente em termos de escopo, é mais permissiva ao alargamento das fronteiras da ciência econômica.

A presente monografia está dividida da seguinte maneira. O primeiro capítulo aborda duas definições de Economia, a de John Stuart Mill e a de Lionel Robbins. O segundo capítulo abordará o fenômeno chamado imperialismo da Economia a partir da concepção de Uskali Mäki. O terceiro e quarto capítulos demonstram os estudos de caso referente ao segundo capítulo, em outras palavras, casos provenientes do fenômeno, sendo esses a Nova Economia Institucional e a Nova Geografia Econômica. E, por fim, as considerações finais desta monografia.

2 O IMPERIALISMO ECONÔMICO PARA USKALI MÄKI

O movimento imperialista da Economia evidenciou-se no século XX a partir de 1930 (BACKHOUSE; MEDEMA, 2009). Tal movimento refere-se às incursões da disciplina em domínios pertencentes às disciplinas não-econômicas, como a Sociologia, Antropologia e Geografia. Ao contrário do que poderia supor, o pensamento neoclássico em sua gênese contribuiu mais para separar e isolar a Economia das demais Ciências Sociais do que para a expandir seus domínios sobre estes campos. Estudos e publicações de Lionel Robbins e, posteriormente, de Gary Becker estão entre as evidências de inclinações imperialistas.

Este comportamento expansivo da disciplina não foi de consentimento pleno entre os economistas. Houve entusiasmo como de Edward Lazear (2000) afirmando que a principal ciência social é a Economia devido a caixa de ferramentas econômica podendo ser utilizada em uma vasta variedade de problemas de modo a solucioná-los. Também houve críticas como a de Bruno Frey (1993) entendendo que mesmo com o progresso na aplicação da abordagem econômica a outras áreas, houve retornos decrescentes a partir disso.

Com o intuito de esclarecer sobre a interdisciplinaridade da Economia, dando fundamento aos debates, Uskali Mäki fornece uma filosofia da ciência que se pretende neutra em relação à avaliação sobre as possibilidades do imperialismo, com a apresentação de seus princípios:

[...] traçarei o perfil dos fundamentos filosóficos por detrás tanto da investida do imperialismo da economia, quanto das possíveis estratégias de resistência. Em outras palavras, o que se segue é o esboço de uma filosofia da ciência que pretende viabilizar a articulação tanto do conceito de imperialismo da economia quanto de seus limites [...] Isto implica que o relato proposto intencione neutralidade com relação a quaisquer idéias particulares a respeito dos conteúdos de quaisquer economias particulares de comportamento imperialista (MÄKI, 2000, p. 6-7).

Isto posto, Mäki aplica um conceito ao imperialismo econômico através de uma explicação epistêmica com conceitos característicos. Mesmo com a definição, o imperialismo econômico não transcorre singularmente, pois logo discorro que há diferentes tipos desse movimento podendo estar proporcionando um potencial

conhecimento científico a depender do tipo deste. Com isso, Mäki utiliza um conjunto de normas para uma avaliação, um critério de avaliação normativa, com a finalidade de determinar o que seria o imperialismo econômico desejável. Tal critério é representado por quatro restrições: ontológica, pragmática, epistemológica e institucional. Com isso, Mäki utiliza-as como um método de análise para o potencial caso de imperialismo econômico. Se o devido caso respeitar as restrições será aconselhável e aceitável, uma conquista científica (MÄKI, 2000; MÄKI; MARCHIONNI, 2011). O autor, no entanto, em estudos posteriores, revela sua aderência menos normativa às restrições, deixando em aberto o critério adequado.

Para explicar o conceito de imperialismo econômico, Mäki elenca algumas características epistêmicas que devem estar presentes. Estas características são de extrema importância para compreender tanto a sua explicação como a sua desconstrução. São eles: o escopo, a consiliência, a unificação, simplicidade, explicação e confirmação.

Conforme Mäki, “[...] o escopo de T consiste dos fatos - fenômenos singulares, tipos de fenômenos, regularidades entre os fenômenos - que T pretende explicar, ou é capaz de explicar” (MÄKI, 2000, p. 8). Esta é uma característica imanente do imperialismo econômico tendo em vista a sua busca persistente de expandir-se para novos domínios, aumentando a explananda¹ de uma teoria T.

Este processo está ligado à consiliência pois “[...] de modo a possuir a propriedade da consiliência, uma teoria deve poder explicar pelo menos duas classes de fatos” (MÄKI, 2000, p. 10). Ou seja, a medida em que uma teoria amplia a quantidade de classe de fatos explicados em seu escopo, ela se torna mais consiliente. E, quando houver a explicação de novos tipos de fatos que não haviam pertencido a formação da hipótese ou não eram pertencentes a explananda inicial, haverá a consiliência total. Além disso, uma teoria com alto grau de consiliência terá um elevado poder explicativo devido a convergência de diferentes fenômenos abrigados sob o mesmo conteúdo explanatório, acarretando na simplicidade da teoria e na unidade entre os fenômenos. A simplicidade da teoria é devido a explicação de diferentes fenômenos unificados sob o mesmo guarda-chuva teórico, revelando a unidade entre eles.

¹ Explananda = Fatos a serem explicados, itens explicados. (plural, explanandum)

Essa última descrição é a característica fundamental que sustenta e justifica o movimento imperialista da economia: a unificação. O seu atributo evidencia a capacidade de uma única teoria abranger fenômenos anteriormente isolados e distintos. Quando a unificação consegue explicar muito com pouco ou obter um excesso de explicações a partir de um moderado padrão explicativo, Mäki entende isso como uma Unificação Explanatória ou Unificação Explicativa. Tal característica é um objetivo sempre buscado pela ciência e celebrada como progresso científico caso seja conquistado, pois teorias que unificam tendem a ser mais corretas, elevando o seu grau de confirmação.

Para chegar ao conceito de imperialismo econômico, Mäki (2000) parte do conceito de expansionismo econômico pois entende que o primeiro é um caso especial do segundo com um elemento que os distingue.

“O expansionismo econômico é uma busca persistente em se aumentar o grau de unificação e de consiliência total de uma teoria econômica através da sua aplicação sobre novos tipos de fenômenos” (MÄKI, 2000, p. 13). Assim, a expansão econômica de uma teoria alimenta o seu escopo com novos tipos de fenômenos (ou novos tipos de explananda) que não o pertenciam e nem mesmo faziam parte de sua origem, refletindo a consiliência total e a unificação. Contudo, para que o expansionismo econômico seja imperialista os novos tipos de fenômenos abordados devem estar localizados em domínios de outras disciplinas, ou seja, devem pertencer a explananda de uma disciplina que não a economia. “O imperialismo da economia é uma forma de expansionismo econômico onde os novos tipos de explanandum são localizados em territórios ocupados por disciplinas outras que a economia” (MÄKI, 2000, p. 13). A unificação explicativa, portanto, consiste em uma grande virtude teórica e possui como uma versão interdisciplinar o imperialismo econômico.

Esse movimento interdisciplinar pode revelar uma complexidade em suas diferentes versões. Por mais que tenhamos uma definição do conceito, não há como generalizar a definição como sendo a explicação para os movimentos imperialistas em razão de haver diferentes tipos. Há três formas de imperialismo econômico: escopo, estilo e posição.

Imperialismo de escopo “[...] é uma questão de uma disciplina estender seu escopo ao entrar no domínio de outra disciplina, por exemplo, procurando explicar

esses novos fenômenos em seus próprios termos disciplinares” (MÄKI, 2020, p. 229, tradução nossa)².

Imperialismo de estilo “[...] consiste em uma disciplina que impõe - ou mais fracamente, passando para - outras disciplinas suas técnicas, padrões, linguagens, questões constitutivas e outras convenções que governam as práticas de pesquisa, educação e comunicação” (MÄKI, 2020, p. 229, tradução nossa)³.

Imperialismo de posição é “[...] em termos de prestígio disciplinar percebido, posições de poder acadêmico, estruturas de recompensa, programas educacionais, financiamento de pesquisa, demanda por aconselhamento político, geopolítica acadêmica e assim por diante. Pode significar melhorar a posição de uma disciplina em detrimento da de outras” (MÄKI, 2020, p. 230, tradução nossa)⁴.

Dos três tipos de movimento o que pode proporcionar um progresso é o imperialismo de escopo. Quando ocorre esse movimento a disciplina imperialista está apanhando os fenômenos pertencentes ao domínio da disciplina imperializada para os seu escopo a fim de explicá-los a partir de seus elementos explicativos sem gerar nenhum outro envolvimento no que tange a disciplina-alvo. A teoria, os instrumentais teóricos e práticas pertencentes a ela são ignorados em detrimento dos fenômenos. Esse tipo de movimento imperialista é o que Mäki (2020) denomina de "imperialismo de domínio exclusivo".

Agora, a disciplina imperialista também pode promover mudanças nos aspectos tradicionais (técnicas, teoria, instrumentos explicativos...) da disciplina imperializada onde essas mudanças serão de acordo com as vigentes na disciplina em expansão favorecendo o seu conteúdo. Nesse caso, estamos falando do que Mäki (2020) denomina como "imperialismo disciplinar intrusivo".

Mesmo com a distinção, as três formas podem se relacionar. O imperialismo disciplinar (estilo e posição) pode acompanhar o imperialismo de escopo. Nesse caso, uma disciplina pode estar buscando aumentar o seu escopo devido à sua privilegiada

² Do original em Inglês: “[...] is a matter of one discipline extending its scope by entering the domain of another discipline, for example, seeking to explain these new phenomena in their own disciplinary terms” (MÄKI, 2020, p. 229).

³ Do original em Inglês: “[...] consists of a discipline imposing - or more weakly, passing on to - other disciplines its techniques, standards, languages, constitutive issues, and other conventions that govern research, education, and communication practices” (MÄKI, U., 2020, p. 229).

⁴ Do original em Inglês: “[...] in terms of perceived disciplinary prestige, positions of academic power, reward structures, educational programs, research funding, demand for political advice, academic geopolitics, and so on. It can mean improving the position of one discipline at the expense of others” (MÄKI, U., 2020, p. 230).

posição acadêmica. Também, o imperialismo disciplinar pode seguir sem o imperialismo de escopo, quando há a transferências de métodos e práticas pertencentes a uma disciplina para outra. Nos dois casos, a disciplina imperial tende a tornar o seu conteúdo dominante em relação às outras disciplinas. Sendo assim, obtém vantagens, como financiamentos de pesquisa, aumento no número de matrículas e demanda por aconselhamento político.

A expansão do imperialismo de posição e estilo podem ser potencializadoras de conflito nas disciplinas imperializadas devido ao envolvimento crítico, com imposição de métodos e práticas e a superioridade acadêmica, remodelando a estrutura teórica que ali está. Em alguns casos, esse processo acaba aprimorando a disciplina-alvo em condições melhores do que havia sido inicialmente proposta (muito por conta da alta posição acadêmica da disciplina imperial). No entanto, Mäki e Marchionni (2011) afirmam que o imperialismo de escopo, devidamente restringido, concebe um virtual progresso científico caso esteja separado do imperialismo disciplinar pois possui a unificação explanatória como sua justificativa ao estender o seu escopo. O imperialismo disciplinar, por sua vez, não é sinônimo de progresso científico. A posição privilegiada de uma teoria no âmbito acadêmico e um estilo de pesquisa imposta em relação a outra não denota poder explicativo confiável e aceitável para dar respostas a todas as distintas necessidades explicativas. Não possui como justificativa um eficiente suporte epistêmico ou uma unificação explicativa. O sucesso de um imperialismo econômico é medido pelo grau de unidade entre os fenômenos que busca unificar.

Outro aspecto importante é onde reside a condução do movimento imperialista. Mais especificamente, onde estão localizados os agentes condutores do movimento. O imperialismo econômico pode ser conduzido externamente, pelos imperialistas, ou pode ser conduzido internamente, pelos imperializados. Quando o imperialismo é conduzido externamente, os imperialistas são motivados pela confiança em suas práticas, convenções, técnicas e modo de pesquisa superior. Quando o imperialismo é conduzido internamente, os imperializados entendem que seus métodos e práticas não são mais satisfatórios para pesquisa científica abrindo suas portas para aderirem idéias de outras disciplinas.

Para mais, a Economia não somente promoveu um movimento que transporta, transfere ou impõe os aparatos econômico as demais disciplinas invadindo os domínios pertencentes a essas mas um movimento inverso onde ela passa a ser a disciplina

receptora de conteúdo das demais disciplinas; no caso, opondo-se às suas concepções originárias de autonomia e de fronteiras fechadas indo ao encontro de uma disciplina cada vez mais abrangente e de fronteiras abertas para qualquer direção. Tais movimentos foram descritos por Mäki (2008a) e estão associados ao que Milonakis e Fine (2009) descrevem em várias passagens do pensamento econômico recente. Em princípio, o movimento do imperialismo econômico foi da Economia levar a abordagem econômica as disciplinas não-econômicas, mais especificamente abordar os fenômenos pertencentes a essas disciplinas em termos de escolhas racionais. Por consequência, estudos acabaram sendo derivados disso, como Economia do Crime, Economia da Família e Economia da Saúde. Nestes casos, o ambiente torna-se orquestrado devido a seu funcionamento como se fosse um mercado. Esse seria o “antigo imperialismo econômico”, o “revolucionário” imperialismo econômico viria a revelar uma característica aprendiz da disciplina ao remodelar as convicções tradicionais, a saber, de racionalidade econômica e equilíbrio geral para a racionalidade limitada e falhas de mercado. Desse modo, o ambiente econômico não seria mais como se fosse o do mercado, onde agentes operam suas escolhas com informação plena e capacidade racional ilimitada mas através de hábitos de pensamento, rotinas e instituições. Com a introdução deste ferramental à Economia, essa assistiu o surgimento de novos ramos, como a Nova Economia Institucional e a Economia Comportamental e também da abertura do escopo econômico às demais ciências sociais.

Para tanto, o imperialismo econômico não pode ser aceito integralmente sem uma condição para isso. De modo a satisfazer esse ponto, Mäki (2020) define um método avaliativo em termos normativos separado da definição para analisar o potencial imperialismo econômico. Desse modo, o autor entende estar promovendo uma investigação adequada e crítica “[...] não apenas das instâncias do imperialismo econômico, mas também das próprias normas” (MÄKI, 2020, p. 219, tradução nossa)⁵. Essa avaliação normativa define quatro restrições a serem atendidas: ontológica, epistemológica, pragmática e institucional.

A restrição ontológica revela a necessidade de um imperialismo econômico, ao unificar diferentes tipos de fenômenos, buscar a unificação em seu modo ontológico e não em seu modo derivacional. A unificação ontológica dos fenômenos consiste na

⁵ Do original em Inglês: “[...] not only of instances of economic imperialism but also of the norms themselves” (MÄKI, 2020, p. 219).

busca de tipos e graus de unidade ôntica no mundo através das semelhanças entre eles. Ou seja, a teoria busca unificar distintos fenômenos demonstrando que são do mesmo tipo, pois sua explicação pertence a mesma teoria substantiva, logo representam a ordem das coisas do mundo, consistindo em um progresso científico. Para descobrir os limites dessa unidade ôntica deve-se unificar o máximo possível, independente dos limites interdisciplinares, até o ponto em que não houver mais a possibilidade de progredir, em outras palavras, desunião. Dessa forma, para que possa progredir cientificamente o imperialismo econômico necessariamente deve unificar fenômenos na medida em que há unidades do mundo real. A unificação derivacional consiste na derivação máxima de sentenças explicadas a partir de um parcimonioso esquema explicativo. Propor a derivação de descrições estilizadas de diferentes fenômenos pela teoria de maneira lógica ou matemática através da aplicação de modelos formais, não consiste em um compromisso ontológico. Essa restrição tem grande importância para Mäki, como demonstrada no trecho abaixo:

O imperialismo econômico está no caminho certo na medida em que uma variedade de fenômenos no mundo social constituem manifestações ou formas de escolha racional, troca de mercado ou o que quer que seja considerado os princípios explicativos básicos da economia (MÄKI, 2008b, p. 45, tradução nossa)⁶.

A restrição epistemológica exige que qualquer teoria científica ao expandir seu escopo com fenômenos não pertencentes a sua explananda deve estar ciente de sua incerteza epistêmica, existente tanto nas ciências sociais quanto nas ciências naturais. O movimento interdisciplinar de uma teoria ao unificar diversos fenômenos buscando a unidade ôntica existente entre eles estará sujeita a parcialidade de sua capacidade explicativa. Sendo assim, constitui uma teoria falível. Portanto, a disciplina imperialista deve estar a par de suas limitações e de sua qualidade inferior e tolerar a permissividade no que concerne a diversidade explicativa das disciplinas vizinhas. Por mais que a unificação possa ser justificada pela confiança dos elementos pertencentes à disciplina em expansão, o imperialismo econômico para ser aceitável deve estar acompanhado de humildade e cautela nesse processo para que o movimento seja não

⁶ Do original em Espanhol: "El imperialismo económico está en el camino correcto en la medida en que una variedad de fenómenos del mundo social constituyen manifestaciones o formas de elección racional, intercambio mercantil, o cualesquiera que se considere que sean los principios explicativos básicos de la economía" (MÄKI, 2008b, p. 45).

de impor e substituir as convenções das demais disciplinas, mas de complementar as suas interações. Assim, fechando as portas para o dogmatismo e a intolerância e cooperando para o pluralismo e a harmonia.

A restrição pragmática consiste na importância da significância dos fenômenos unificados pela teoria. Teorias que unificam fenômenos insignificantes ou irrelevantes enquanto marginalizam fenômenos de maior significância tendem a ser pouco celebrados. A importância dos fenômenos estará sujeita a seus valores humanos ou culturais dependendo especificamente do contexto e da comunidade. Sob a restrição pragmática, a teoria mais consiliente (explica o maior número de classe de fenômenos) não necessariamente será a melhor pois não há o interesse na quantidade de fenômenos unificados mas na qualidade desses fenômenos. Além disso, a restrição pragmática no processo de unificação dos fenômenos exige a preservação dessa significância, o que pode ser uma tarefa complicada a ponto de beber de outras disciplinas as suas contribuições para garantir o feito.

A restrição institucional denota que a unificação explicativa interdisciplinar deve estar apoiada nas convenções e regras normativas referente às práticas científicas apropriadas. Essas, constituem as instituições ideais de uma boa ciência que advogam a harmonia entre as relações disciplinares, conversação crítica e aberta e conservação da tolerância e diversidade. Concomitantemente, proíbem o “[...] dogmatismo de mente fechada e monopólios intelectuais uniformes protegidos por meios não argumentativos de exclusão (como a confiança na posição das disciplinas)” (MÄKI, 2020, p. 237, tradução nossa)⁷. Essa idealização científica está ligada a agenda de investigação que Mäki e Marchionni (2011) denominaram de epistemologia social, sendo a “[...] ideia óbvia de que a investigação não ocorre num vácuo institucional e que as instituições de investigação fazem a diferença para o seu desempenho” (MÄKI; MARCHIONNI, 2011, p. 658, tradução nossa)⁸. Desse modo, os cientistas imperialistas são instigados a encarar os riscos epistêmicos do movimento interdisciplinar devido ao apropriado cenário estimulante de progresso científico. Logo, o movimento imperialista será conforme as normas de investigação científica, independente se o imperialismo

⁷ Do original em Inglês: “[...] dogmatism and uniform intellectual monopolies protected by non-argumentative means of exclusion (such as reliance on disciplines’ standing)” (MÄKI, 2020, p. 237).

⁸ Do original em Inglês: “[...] idea that inquiry does not take place in an institutional vacuum and that the institutions of inquiry make a difference for its performance” (MÄKI; MARCHIONNI, 2011, p. 658).

econômico for um sucesso (descobrir as extensões das unidades do mundo) ou não (falha na unificação ontológica).

Tal restrição, está de acordo com o pensamento de Souter sobre o entendimento do imperialismo econômico:

A salvação da Ciência Econômica no século XX está em um 'imperialismo econômico' esclarecido e democrático, que invade os territórios de seus vizinhos, não para escravizá-los ou engoli-los, mas para ajudá-los e enriquecê-los e promover seu crescimento autônomo no próprio processo de ajudar e enriquecer a si mesmo (SOUTER, 1933, p. 94, tradução nossa)⁹.

A partir das restrições descritas, temo subsídios para identificar se o imperialismo econômico avaliado concebe um progresso científico. No entanto, esse processo de atendimento às restrições merece atenção devido à complexidade de seu cumprimento. Também, há a necessidade do entendimento das emoções que tange o processo avaliativo, principalmente dos atores envolvidos.

Ao descrever as normas restritivas, Mäki (2000) define um método avaliativo de buscar analisar qualquer caso possível de imperialismo econômico aceitável desde que as restrições - ontológica, pragmática, epistemológica e institucional - sejam respeitadas. Dessa forma, posso chegar a conclusão de um imperialismo bom ou ruim. Todavia, o autor não sustentou esse tom normativo como método de avaliação do imperialismo econômico. Em escritos mais recentes, Mäki (2020) entende que as normas dificilmente serão atendidas completamente na prática pois sempre haverá a violação dos ideais no concreto. O problema reside, então, no grau de importância dessa violação. Portanto, há uma lacuna entre o atendimento das restrições normativas e a prática real, o que acaba propiciando uma tarefa a quem busca analisar o problema: estimar o grau aceitável da distância entre as normas e a prática real. O autor entende haver muita incerteza nessa situação, dificultando a conclusão da tarefa.

Além desse complicador, o julgamento pode ser viesado pelas questões emocionais. Tais emoções podem moldar a posição sobre o imperialismo econômico ser bom ou ruim. Elas manifestam-se em termos disciplinares, com sentimentos mais otimistas e confiantes dos imperialistas e sentimentos mais pessimistas e inseguros aos

⁹ Do original em Inglês: "The salvation of economic science... lies in an enlightened and democratic 'economic imperialism', which invades the territories of its neighbours, not to enslave them... but to aid and enrich them and promote their autonomous growth in a very process of aiding and enriching them" (Souter 1933, p. 94).

imperializados. Mesmo que tais emoções sejam justificadas, Mäki (2020) compreende que essas sensações são perenes nas análises científicas (devendo passar por um “escrutínio crítico”) porém não podem ser os “árbitros finais” no processo decisório. Assim, para que não possam ser confundidas e nem relacionar-se, as emoções devem permanecer separadas das normas de investigação científica.

Através dessa sustentação epistêmica, Mäki formaliza a sua pesquisa voltada à filosofia da Economia. O fenômeno do imperialismo econômico descrito pelo autor não foi baseado em casos específicos ou isolados episódios a fim de somente explicá-los mas de propor uma análise fundamentada filosoficamente de modo a explicar o fenômeno através de uma desconstrução. Somente a partir disso seria utilizado em casos específicos. Essa interpretação está de acordo com a de John Davis, entendendo que a estrutura de análise de Mäki é mais dedutiva do que indutiva:

Ou seja, a estratégia de análise não é indutiva, envolvendo a construção de um relato do imperialismo econômico a partir de um conjunto de episódios reconhecidos (DAVIS, 2010, p. 204, tradução nossa)¹⁰.

[...] envolve um tipo de argumento dedutivo de cima para baixo que gera princípios razoáveis de análise e então propõe sua aplicação a episódios imperialistas particulares (DAVIS, 2010, p. 210, tradução nossa)¹¹.

Mesmo que tenha elaborado uma teoria investigada dedutivamente, Mäki não abre mão de suas concepções realistas. Ao elaborar uma descrição do imperialismo econômico, não é apenas através de seus ideais pressupostos necessários como pré-requisitos para que possa gerar benefícios. Como dito anteriormente, o autor entende a necessidade de que tenhamos premissas que tenham relação com as coisas que acontecem no mundo real.

Mäki não é cristalino em demonstrar a sua colocação sobre o ideal do imperialismo econômico. O autor buscou demonstrar, em seus escritos, uma análise filosófica através da imposição de limites sobre essa tendência sem ter como objetivo uma influência parcial sobre as opiniões. Ou seja, não sustenta uma colocação positiva

¹⁰ Do original em Inglês: “That is, the strategy of the analysis is not inductive, involving building up an account of economics imperialism from a set of acknowledged episodes” (DAVIS, J., 2010, p. 204).

¹¹ Do original em Inglês: “ [...] it involves a deductive top-down type of argument that generates reasonable principles of analysis, and then proposes their application to particular imperialist episodes (DAVIS, J., 2010, p. 210).

ou negativa. No entanto, Mäki, juntamente com Marchionni, revela uma concordância do que seria o ideal da exploração do imperialismo econômico:

Nós nos juntamos aos comentaristas que veem que a melhor estratégia para resistir aos perigos do imperialismo econômico e explorar seu potencial para o progresso científico reside na comunicação aberta e na fertilização cruzada, em vez da negligência arrogante e da rejeição medrosa (MÄKI; MARCHIONNI, 2011, p. 661-662, tradução nossa)¹².

O presente capítulo elucidou a tendência da Ciência Econômica evidente no século XX aos olhos de Uskali Mäki. Ela será importante para dar sustentação aos casos a serem apresentados em capítulos posteriores de modo a revelar a sua ligação com a definição de Lionel Robbins e seu distanciamento da definição de Mill, abordadas no próximo capítulo.

¹² Do original em Inglês: "We join those commentators who see that the best strategy to resist the dangers of economics imperialism and to exploit its potential for scientific progress lies in open communication and cross-fertilization rather than arrogant neglect and fearful rejection" (MÄKI; MARCHIONNI, 2011, p. 661-662).

3 DUAS DEFINIÇÕES DE ECONOMIA

Neste capítulo será abordado as definições de John Stuart Mill e Lionel Robbins.

3.1 A DEFINIÇÃO DE ECONOMIA PARA JOHN STUART MILL

A primeira definição abordada será a de John Stuart Mill, que segue abaixo:

A ciência que traça as leis daqueles fenômenos da sociedade que se originam das operações combinadas da humanidade para a produção da riqueza, na medida em que aqueles fenômenos não sejam modificados pela procura de qualquer outro objeto (MILL, 1874, p. 302).

Para chegar a tal definição, Mill (1874) define a economia política como uma ciência abstrata, com um método dedutivo de investigação dos fenômenos e lidando apenas com uma parcela do comportamento humano motivada na busca pela riqueza. Sendo assim, o autor aborda o conteúdo da economia política através do método científico a priori, analisando os fenômenos econômicos motivados unicamente pelo desejo de uma maior quantidade do que menor de riqueza pelo homem, além de considerar as forças contrárias a esse desejo, gerando conclusões verdadeiras de acordo com as proposições. Ademais, a economia política de Mill é influenciada por algumas das leis provenientes da natureza humana, localizada nas ciências morais.

De acordo com Keynes (1890, p. 12, tradução nossa), “A função da economia política é investigar fatos e descobrir verdades sobre eles [...]”¹³. Essa afirmativa está correta e está de acordo com a concepção de Mill. No entanto, a economia política em Mill busca descobrir as verdades abstratas dos fenômenos econômicos devido a esta ciência ser incapaz de revelar as verdades concretas.

O processo de abstração está associado ao modo como os fenômenos econômicos são abordados nessa ciência. Os fenômenos sociais, na realidade complexa, são resultado de inúmeras causas por efeito da ação individual. E, portanto, com os fenômenos econômicos não é diferente. De acordo com Mattos (2004), as causas podem ser identificadas diretamente pelo homem por meio da

¹³ Do original em Inglês: “The function of political economy is to investigate facts and discover truths about them [...]” (KEYNES, 1980, p. 12).

introspecção e observação causal. Dentre as causas, as motivações humanas possuem um grau elevado de significância. Mill expressa essa ideia abaixo:

Essas causas são as leis da natureza humana e as circunstâncias capazes de excitar a vontade humana à ação. Os desejos do homem e a natureza da conduta para a qual eles o incitam estão ao alcance de nossa observação. Podemos observar também quais são os objetos que excitam aqueles desejos. Qualquer um pode fundamentalmente colher os materiais deste conhecimento dentro de si próprio, com a consideração racional das diferenças, as quais a experiência lhe revela a existência entre ele próprio e as outras pessoas (MILL, 1874, p. 307).

Conforme Mattos (2004), a economia política pertence às ciências morais (ciências sociais). Essa última é dividida em ciência da sociedade e ciência da natureza humana, em que a última precede a primeira. Nesse campo, os fenômenos são abordados através de um processo de isolamento, que consiste em interpretar os fenômenos resultantes de apenas uma causa para, em seguida, serem estimados em conjunto. Na economia política, a causa principal é a motivação humana pelo desejo de riqueza. Em concordância, Keynes (1890) afirma ser necessário isolar os fenômenos da riqueza dos fenômenos da sociedade pois consiste em uma precedência ao tratar os fenômenos concretos, tratando em separado os distintos aspectos e elementos de suas composições.

A economia política pertence ao que Mill conceituou de Economia Social, que “[...] engloba toda a parte da natureza humana, na medida em que influencia a conduta ou condição do homem em sociedade” (MILL, 1874, p. 300). As leis da sociedade conduzem a Economia Social. Com isso, a economia política não depende de todas as leis humanas e nem trata do comportamento humano em todos os estados da humanidade, mas da busca do homem pela riqueza no denominado estado social.

O método de investigação utilizado para chegar às verdades da economia política é o método dedutivo ou, conforme Mill (1874), a priori. Esse método, nas palavras de Mill, significa “[...] raciocínio a partir de uma hipótese assumida” (MILL, 1874, p. 303). A hipótese utilizada na Economia Política é o *homo economicus*, descrito pelo autor como:

[...] homem somente enquanto um ser que deseja possuir riqueza e que é capaz de julgar a eficácia comparativa os meios para obter aquele fim [...] faz total abstração de toda outra paixão ou motivo humano, exceto aqueles que podem ser tidos como princípios perpetuamente antagonistas ao desejo da riqueza, notadamente a aversão ao trabalho e o desejo da satisfação presente de indulgências dispendiosas (MILL, 1874, p. 307).

A única causa a afetar os fenômenos investigados por essa ciência é a busca pela riqueza, sendo essa última o seu objeto:

Com relação àquelas partes da conduta humana das quais a riqueza não é precisamente o objeto principal, a economia política não pretende que suas conclusões sejam aplicáveis a estas partes (MILL, 1874, p. 301).

Assim, a economia política por ser uma ciência abstrata, possui em suas conclusões verdades sob certas hipóteses conhecidas por meio da introspecção e por observação (Mattos, 2004; Blaug, 1993). Dessa maneira, a hipótese do *homo economicus* é observada e refletida de modo a ser comum entre todos através da experiência dos semelhantes, sem a necessidade de análises específicas. Com isso, Mill não está investigando um homem na sua concretude¹⁴ mas investigando um homem abstrato. Logo, o autor através desse processo gera as verdades abstratas.

O método inverso de investigação, indutivo ou “a posteriori”, consiste, para Mill, “[...] aquele que requer, como base de suas conclusões, não simplesmente a experiência, mas uma experiência específica” (MILL, 1874, p. 303). Tal método será útil mas não como meio de chegar às verdades da economia política pois não há como deduzir os fenômenos a partir da realidade complexa, como descreve Mattos (2004):

A utilização do método a posteriori seria inviável pelo fato de os fenômenos sociais serem resultado de uma concorrência das causas, sendo impossível empreender, neste campo de fenômenos, experimentos controlados (MATTOS, 2004, p. 104).

Portanto, não há como utilizá-lo como meio de chegar aos princípios da ciência. Sua utilidade reside na função que a ciência não possui: a aplicação.

¹⁴ O *homo economicus* de acordo com a realidade seria, nas palavras de Mattos, “homem de ‘carne e osso’” (MATTOS, 2004, p. 108)

Para Mill (1874), a ciência não tem como papel a verificação de suas previsões com os fatos. Por mais que o método de investigação utilizado possa dar veracidade a sua dedução pela premissa verdadeira, a economia política não buscar dar similaridade com a realidade à sua teoria em razão das diversas causas que afetam as motivações humanas no concreto enquanto na economia política as motivações humanas são limitadas em suas causas. A aplicação da ciência, acompanhada pelo método a posteriori, busca aproximar as previsões econômicas com os fatos.

Quando a economia é aplicada em um caso particular, Mill entende ser necessário o entendimento de todas as causas que o afetam assim como as demais causas que podem afetar mas que não estão sob o escopo da ciência:

Quando os princípios da economia política devem ser aplicados a um caso particular, então é necessário levar em conta todas as circunstâncias individuais daquele caso, não apenas examinando a qual dos conjuntos de circunstâncias contemplados pela ciência abstrata as circunstâncias do caso em questão correspondem, mas de modo análogo que outras circunstâncias podem existir naquele caso [...] Essas circunstâncias foram chamadas de “casos perturbadores” (MILL, 1874, p. 307).

A fim de reduzir o grau de incerteza dos casos perturbadores e dar certeza a priori de considerar as circunstâncias materiais, o método indutivo é um complemento indispensável da economia política para que se tenha o conhecimento das particularidades dos casos aplicados e, por consequência, das causas complexas dos fenômenos sociais. A experiência específica permite chegar aos limites da aplicação das conclusões geradas dedutivamente obtendo a melhor precisão nas previsões econômicas (MATTOS, 2004; MILL, 1874).

A utilização do método indutivo pela economia política ao aplicar os princípios da ciência é o que a torna mais realista. E, portanto, mais próxima às ciências sociais ao agregar ao caso analisado as causas que estão a seu alcance mas são ignoradas como também as causas que estão fora do escopo científico. Tal descrição é o que Mattos (1999) entende ser a perda da autonomia da Economia ao considerar não só a busca auto-interessada pela riqueza como causa que afeta os fenômenos econômicos, mas as demais causas que afetam os fenômenos sociais, não sendo possível analisar essas situações sociais dedutivamente.

A definição de Economia de Mill está mais associada a um objeto de interesse onde o domínio de análise é em função deste objeto. O *homo economicus* é aplicado aos domínios econômicos onde a riqueza é seu objeto de interesse. Aos domínios não-econômicos e as situações onde a riqueza não é o objeto principal, a abordagem será alternativa a economia política. Uma definição a partir dessa forma possui algumas particularidades quanto aos limites de sua atuação principalmente atrelado aos aspectos ignorados pela teoria, estabelecendo o que é exógeno e endógeno ao seu propósito (IOANNIDES; NIELSEN, 2007). No que tange esse ponto, a abordagem econômica “milliana” está associada a uma negligência de aspectos das demais ciências sociais devido à preocupação única com apenas uma parcela do comportamento humano associado à riqueza. Corazza (2009) compreende este comportamento humano idealizado por Mill como um “tipo ideal” weberiano limitado em relação ao homem do concreto. Ou seja, a motivação econômica em Mill não cria vínculos e nem relaciona-se com diferentes aspectos causais do comportamento do indivíduo.

Ainda, Mill não nega a complexidade das relações existentes no mundo real. No concreto, os diferentes comportamentos do indivíduo é motivado por diferentes causas. Essas são pertencentes a diversos domínios e no mundo real acabam relacionando-se. Tal fato justifica a não utilização da abordagem econômica a partir da realidade, pois o comportamento econômico deve ser motivado por apenas uma causa. As fronteiras da economia política são estabelecidas ao limitar o seu escopo. Há uma incapacidade dessa ciência de utilizar o seu conteúdo explicativo nas demais ciências com outras motivações. Suas premissas delimitam as suas atenções. Assim, a economia política fecha suas portas no que diz respeito a sua aplicação aos demais fenômenos pertencentes a outros campos de estudo tendo em vista a sua concepção como ciência.

Essa perspectiva sobre a teoria econômica não se perpetuou ao longo do século XX. Foi gradualmente abandonado a partir de 1930 dando lugar à uma perspectiva voltada à visão da Economia como um método. Essa substituição comprovou-se com as contribuições de Lionel Robbins, ao interpretar a economia através de decisões individuais influenciadas pela escassez. Desse modo, a definição econômica deixa de ser baseada na aquisição de bens para suprir necessidades e indo ao encontro de uma ciência movida por escolhas. Há indícios, a

partir da metade do século XX, de que o método científico também tenha deixado de investigar a partir de premissas verdadeiras, dando sustentação à teoria proposta, e propondo teorias sem a necessidade de pressupostos verdadeiros mas com capacidade preditiva (MÄKI, 2008a). Todavia, as contribuições do autor a seguir estão mais ligadas à uma teoria abstrata do que concreta.

3.2 A DEFINIÇÃO DE ECONOMIA PARA LIONEL ROBBINS

A segunda definição abordada será a de Lionel Robbins, como segue: “A Economia é a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos que têm usos alternativos” (ROBBINS, 2012, p. 15).

Essa clássica definição de Robbins é colocada de modo a confrontar a definição anterior. Ela foi inicialmente demonstrada em sua obra "An Essay on the Nature and Significance of Economic Science", em 1932. O autor discorda da abordagem tradicional da teoria econômica sendo um estudo das causas do bem-estar material. Entende que esta não capta todo o comportamento econômico. Para isso, desenvolve uma definição que trata do comportamento do indivíduo influenciado pela escassez onde o econômico não passa mais a ser consoante somente ao material mas aquele aspecto do comportamento humano que necessariamente impõe a escolha entre alternativas desejadas. Robbins molda a Ciência Econômica a partir da relação entre os meios, sob a escassez, para atingir seus fins. Assim, esse novo significado do econômico acaba dando a essa disciplina uma capacidade de tratar objetos de investigação além daqueles pertencentes a seu campo de atuação primários. Contudo, essa concepção não foi aceita tão cedo. Sua aceitação por parte da academia surge a partir de 1960, período que já iniciava-se um processo de utilização dos métodos econômicos a tópicos não-econômicos pertencentes às demais ciências sociais.

No caso da definição materialista da Economia sua aceitação engloba economistas, como John Stuart Mill, Alfred Marshall e Edwin Cannan. Uma das grandes dúvidas que assolam os estudos econômicos é identificar o objeto geral da Economia, em outras palavras, uma definição do que é tratado pela Economia. E essa definição acaba por determinar o objeto como sendo a busca pelo bem-estar onde o econômico é equivalente ao material. Ou seja, atividades econômicas

somente são aquelas que envolvam materialidade. Desse modo, acaba negligenciando assuntos que fazem parte do escopo da Economia, pois, aos olhos da materialidade, salários, guerras, serviços e atividades culturais acabam fugindo das generalizações econômicas quando não envolvem a causa do bem-estar material. Até mesmo Cannan entende que essas áreas podem ser analisadas economicamente. Em todo caso, Robbins (2012) vai de encontro à definição buscando uma nova e com menos falhas em sua abordagem.

De modo a definir um objeto geral, Robbins promove uma definição da Economia a partir de um aspecto do comportamento humano: a influência da escassez. Essa abordagem trata sobre as escolhas que os indivíduos estabelecem aos meios existentes para chegar aos seus fins. Esse ponto merece ser detalhado. Segundo Robbins, há quatro características fundamentais da existência humana: “Os fins são vários. O tempo e os meios para obter esses fins são limitados e permitem aplicações alternativas. Ao mesmo tempo, os fins têm importâncias diferentes” (ROBBINS, 2012, p. 12). Logo, para que o comportamento humano tenha um aspecto econômico essas características devem ocorrer simultaneamente. Não basta somente haver escassez de meios, fins variados ou meios alternativos. Todos devem estar presentes.

A definição com base na escassez estabelece como interesse por parte do economista a alocação dos meios escassos e interpreta os fins com neutralidade, entendendo que são dados. Sendo assim, a natureza da Ciência Econômica em Robbins não preocupa-se com a finalidade a que se destina os meios mas as limitações no caminho percorrido para chegar à finalidade. Robbins (2012) afirma que a Economia não se interessa pelos fins pois estes são determinados pela conduta de cada indivíduo. Por ser uma satisfação individual, é uma escolha refém da natureza instintiva. Ramos (1993) sublinha que os fins são escolhidos livremente e são derivados da constituição natural e física ou até mesmo da liberdade individual.

No entanto, os fins são condicionados pelos meios. Estes, como mencionado, são limitados e alternativos em seu uso. Robbins (2012) denota a incapacidade do indivíduo de atender todos os seus desejos a partir dos meios disponibilizados devido à presença da escassez. Essa limitação, segundo Ramos (1993), pode ser interna (tempo e capacidade cognitiva) ou até mesmo externa (materialidade

disponível e recursos naturais). Além disso, o uso dos meios é alternativo. As características descritas estimulam a necessidade dos objetivos serem hierarquizados a partir do seu grau de importância tendo em vista a multiplicidade de objetivos na atividade humana (ROBBINS, 2012). Essa necessidade só é possível devido à subjetividade do valor (atributo que deriva as proposições econômicas, assunto que será tratado adiante).

A escassez dos meios manipula a demanda dos indivíduos para chegar aos fins. Com isso, são estimulados a escolher racionalmente. Nas palavras de Lessa, a teoria de Robbins descreve um ambiente induzido a eficiência e ao abastecimento da demanda:

Robbins propõe uma meta que supõe compatível com o desejo de máxima racionalidade em toda ou qualquer ação humana. O homem sempre opta pela mais eficiente articulação fim-meio, independente do tempo e do espaço. A reflexão sobre o econômico, no domínio privilegiado por Robbins, coloca a Economia com uma missão: atender à 'demanda' de eficiência inerente a toda ação humana (LESSA, 1976, p. 9).

Assim, Robbins (2012), então, define que o comportamento humano tem de assumir escolhas quando os meios são escassos e com aplicações alternativas e os fins a que se destina os meios são passíveis de importância relativa. Ambientes com essas peculiaridades levam a renúncia de fins, dando um aspecto econômico no comportamento humano.

Essa definição está mais para uma ciência abstrata do que concreta, como mencionei ao final do capítulo anterior. No entanto, Robbins não descarta as contribuições empiristas para a economia como Ciência. Ramos (1993) demonstra detalhadamente essas idéias. Robbins visa uma análise econômica através da hipótese da teoria subjetiva do valor, onde os indivíduos estabelecem diferentes importâncias as suas necessidades ordenando conforme as suas vontades. As proposições da teoria econômica, a partir da subjetividade do valor em conjunto com o fator escassez, são deduções com base na observação da realidade. Portanto, representa um método científico dado que reflete fatos da experiência concreta. As experiências podem ser tanto externas (valor subjetivo) ou internas (introspecção).

Enquanto ao método de investigação, Ramos revela a aderência de Robbins tanto ao método dedutivo e quanto ao método indutivo de análise:

As proposições econômicas são deduções de hipóteses simples que refletem fatos elementares da experiência. Consequentemente, a economia não é uma ciência unicamente dedutiva. A formulação de hipóteses exige uma indução feita a partir da realidade, com base nos fatos da experiência (RAMOS, 1993, p. 92).

No período da primeira publicação de seu livro, Robbins utiliza os métodos investigativos e trata as suas generalizações econômicas mesmo sem uma base filosófica. Ramos (1993) reforça que houve duas publicações do livro de Robbins, em 1932 e 1935, em que a última publicação, diferente da primeira, demonstra uma aderência do autor às contribuições filosóficas de Karl Popper, o falsificacionismo. Robbins, então, bebe desse conhecimento para fundamentar a sua metodologia econômica. Mesmo que Popper negue a utilização da indução como método de buscar conhecimento, Robbins concorda com a rejeição do teste empírico das generalizações econômicas.

Por natureza, a Economia é uma ciência social. Essa afirmativa é aceita pela maioria dos economistas. No que tange tal fato, Ramos (1993) denota como justificativa o mutável comportamento humano. Assim, devido à disciplina tratar sobre o comportamento social, a análise econômica é útil e de interesse à economia de trocas individuais, representando as consequências das decisões individuais além do indivíduo. Considerando a escassez nesse processo, é essencial um diagnóstico abstrato a fim de localizar as generalizações adequadas para o estudo, capacidade essa que a análise por parte da economia possui.

Posto isso, posso diferenciar a definição da escassez da definição rejeitada. Segundo Robbins (2012), a definição rejeitada possui um entendimento 'classificatório' pois analisa apenas um tipo de comportamento humano, adquirir bem-estar material, enquanto os demais comportamentos são inexplorados, não pertencendo ao escopo de investigação. Já a definição aceita é descrita como 'analítica' pois investiga um aspecto do comportamento, a imposição da escassez sobre a conduta humana. Desse modo, desde que possua esse aspecto qualquer comportamento humano é pertencente ao escopo de investigação.

A definição analítica de Robbins não foi aceita de imediato pelos economistas. As primeiras evidências de aceitação apareceram a partir de 1960 nos livros didáticos, onde se discutia as definições. No entanto, não houve unanimidade nas opiniões. De acordo com Backhouse e Madema (2009), a definição de Robbins

sofreu críticas devido a análise de um aspecto do comportamento humano delimitando a metodologia da Economia, definindo especificamente a produção do seu assunto. Assim, até 1970, a definição analítica de Robbins foi considerada o método de estudo do assunto da Economia. Após este período, com a ampliação dos métodos econômicos à assuntos não-econômicos, a definição de Robbins também é lembrada devido a sua maior aceitação nos livros didáticos de acordo com a escolha racional, teoria aplicada a problemas fora do escopo tradicional da Economia.

Sendo assim, a definição apresentada neste capítulo evidencia um comportamento diferente da Economia como ciência. Robbins demonstra uma definição menos estanque em relação à de Mill, associada à definição rejeitada por Robbins. Quero dizer, menos isolada como disciplina pois a abordagem revela uma capacidade relacional da Ciência Econômica. Contando que qualquer atividade tenha de renunciar a outras alternativas de interesse para estabelecer a sua escolha, essa atividade pertence às generalizações econômicas. O objeto de estudo da Ciência Econômica é limitado apenas por esse aspecto. (ROBBINS, 2012; BACKHOUSE; MEDEMA, 2009).

Desse modo, a definição não somente abre as fronteiras econômicas mas potencializa um fenômeno chamado de imperialismo da Economia nas demais ciências sociais. A prova disso é representada por Mäki (2000) afirmando que a definição de Robbins expande o escopo da Economia. O próprio Robbins (2012) declara que os meios escassos para satisfazer fins de importância alternada é praticamente uma situação ubíqua do comportamento humano. A exploração desse movimento da Economia, aos olhos das duas definições, será detalhada nos próximos capítulos.

4 A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

A partir de 1960, as críticas à Economia neoclássica por parte de alguns estudiosos foram motivos para a promoção de uma nova abordagem do pensamento econômico. Essas críticas estão vinculadas aos pressupostos estabelecidos em um sistema econômico de concorrência perfeita, com transações sem custos e informação plena. Tais características estão associadas a um ambiente onde o mecanismo de alocação de recursos mais eficiente é o mercado. No entanto, as transações, independente do meio de alocação de recursos, possuem custos em suas operações.

A abordagem dos custos de transação teve início com Ronald Coase em seu artigo “The Nature of the Firm”, de 1937. Coase também é crítico ao entendimento de firma por parte dos neoclássicos. A firma vai além de uma função de produção, transformadora de produtos, vazias de entendimento. Ela possui um funcionamento interno e é uma das instituições econômicas, sendo os custos de transação o cerne para essa afirmação. Essas são as bases da Nova Economia Institucional (NEI). Ainda, há contribuições por parte de Oliver Williamson e Douglass North, com a agregação da racionalidade limitada e oportunismo e a abordagem do desenvolvimento econômico, respectivamente. O que há de mais claro nessa corrente de pensamento é que as instituições podem ser representadas de diversas maneiras e possuem utilidade em muitas ocasiões, além de conservar algumas funções (CAVALCANTE, 2014; MILONAKIS; FINE, 2009).

As transações pertencem às relações individuais. De acordo com Cavalcante (2014), elas representam acordos ou contratos entre os indivíduos em um sistema econômico de modo a produzir, trocar e distribuir. Deste modo, consistem na unidade básica de análise. Essas relações estão sujeitas a conflitos tendo em vista a influência da escassez dos recursos disponíveis. Assim, o sistema econômico deve ser controlado de modo a reduzir os conflitos ocasionados pela escassez. Para isso, as instituições são fundamentais. Essas, para Cavalcante (2014), representam mecanismos de controle coletivo promovendo a harmonia entre as relações através da imposição de regras e punições aos descumprimentos. Esses controles podem resultar dos costumes desorganizados ou das ações organizadas, podendo ser a igreja, sindicatos, família, corporações... As instituições como uma ação organizada possui

regras de funcionamento estabelecendo aquilo que os indivíduos devem ou não devem, podem ou não podem fazer.

Os relatos acima refletem as interpretações de Cavalcante sobre as contribuições de John Commons, pertencente aos antigos institucionalistas. Mesmo sendo da antiga abordagem, as ideias de transação e do papel das instituições no ambiente econômico de Commons, são preservadas na nova abordagem institucionalista

Os custos de transação propostos por Coase são o grande diferencial em relação à abordagem neoclássica da firma. Há custos em transacionar no mercado ou utilizar os preços como fator decisório. Conforme Milonakis e Fine (2009), os custos existem devido à incapacidade dos atores estarem servidos de plena informação. Portanto, as informações incompletas denotam dificuldade às transações entre os indivíduos representados nos custos. Essa limitação informacional é o que sustenta a discordância na abordagem neoclássica por parte de Coase ao buscar abrir a “caixa-preta” neoclássica, a firma. Segundo Mäki (2004), a concepção neoclássica tem como a firma desprovida de estrutura interna sendo apenas uma transformadora de insumos em produtos e maximizadora de lucro. Além disso, Milonakis e Fine (2009) entendem que a visão neoclássica observa um ambiente com custos de transação zero e com informação completa gerando resultados eficientes, pois as transações são instantâneas não sendo necessário nenhuma outra instituição além do próprio mercado.

De acordo com Cavalcante (2014), os custos operacionais, independente do mecanismo de alocação de recursos, estarão sempre presentes para Coase. Sendo assim, as instituições entram em cena como minimizadoras dos custos existentes.

No que tange às modificações em relação a Economia neoclássica, a NEI não promove uma mudança significativa em relação aos instrumentos e aos métodos investigativos. Busca ampliar os seus objetos de estudo, aumentando o conteúdo que busca aplicar (CAVALCANTE, 2014). Logo, a “abordagem econômica” (maximização comportamental, equilíbrio de mercado e preferências definidas) é conservada, mas com a agregação do custo de transação e do direito de propriedade (restrições aos recursos disponíveis para uso), dando ênfase à importância da estrutura organizacional para que possa minimizar os efeitos dos custos (MILONAKIS; FINE, 2009).

Conservando as idéias de Coase e Commons, Williamson agrega a essa corrente de pensamento a idéia da racionalidade limitada de Herbert Simon e o conceito de oportunismo, buscando dar tons realistas ao comportamento do indivíduo. A racionalidade limitada vai de encontro aos pressupostos básicos neoclássicos, a racionalidade instrumental e o comportamento maximizador. O indivíduo sob a condição de informações incompletas possui limitações computacionais, sem ter a capacidade de chegar a resultados ótimos em suas escolhas. Assim, apenas alcança resultados satisfatórios.

No que concerne ao oportunismo, consiste no desejo de alcançar as vontades próprias com astúcia. A necessidade de uma estrutura organizacional através de instituições que inibem o oportunismo e que auxiliem as escolhas individuais são essenciais para que se possa reduzir esses custos (CAVALCANTE, 2014; MILONAKIS; FINE, 2009).

As idéias por parte de North também possuem preservações anteriores, como os custos de transação e a racionalidade limitada. De acordo com Cavalcante (2014), North contribui no que seria a concepção de matriz institucional capaz de chegar ao desenvolvimento econômico. As instituições, para ele, consistem em restrições às ações humanas de modo a obter uma interação social. Seriam as regras do jogo em uma sociedade. Essas regras podem ser formais, como leis e constituições, ou informais, como costumes e hábitos. Caso a sociedade venha a descumprir tais regras, sanções seriam impostas, podendo o estado ser o agente que as impõe. Aos indivíduos que respeitam as regras do jogo, contribuem de modo a promover uma matriz institucional potencializadora de desenvolvimento. O respeito às regras representa o processo de internalização dessas regras por parte dos indivíduos, o que denota a sua adequação ao ambiente inserido.

Já em relação à racionalidade limitada, Cavalcante (2014) afirma que North vai ao encontro do pensamento de Williamson compreendendo a ausência de informações plenas na tomada de decisão dos indivíduos. Para isso, as regras do jogo fariam o papel de auxiliar nas escolhas destes, de modo a reduzir a incerteza e os custos inseridos. Ainda, Cavalcante (2014) salienta o aprendizado humano como contribuinte de desenvolvimento econômico na visão de North. A economia com indivíduos que absorvem as mudanças institucionais com mais facilidade, tende a potencializar essa economia ao desenvolvimento.

4.1 A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL E O CONCEITO DE IMPERIALISMO ECONÔMICO DE MÄKI

Baseado nessas idéias a NEI estabeleceu-se como uma escola de pensamento da abordagem institucionalista. Sua base, como dito, está na incorporação de custos às transações de mercado. A abordagem institucional com custos de transação positivo confronta a abordagem convencional neoclássica com custos de transação zero em um ambiente com informações completas sendo o mercado o alocador de recursos mais eficiente. Portanto, a NEI discorda das descrição neoclássica no que concerne a teoria econômica como um modelo de concorrência perfeita pois essa não compactua com uma representação realística. Segundo Mäki (2002), a teoria convencional é descrita como estreita pois a mesma desconsidera fatores essenciais para representar o funcionamento do sistema econômico. Esses fatores essenciais seriam as imperfeições subjacentes à realidade, como a informação incompleta e as falhas de mercado, gerando custos positivos às transações. Desse modo, há a necessidade da incorporação das instituições à teoria como controladoras destes custos a fim de minimizar os efeitos gerados. Quando há informações incompletas, custos de transação positivo, as instituições importam.

O grau de importância dado às instituições pela NEI é evidentemente elevado. Conforme Mäki (2002), Coase alimenta a necessidade das teorias proporcionarem uma capacidade de retratar a realidade em sua metodologia. O relaxamento das suposições de informação completa e custos de transação zero vão ao encontro dessa necessidade de Coase. As instituições, nesse sentido, devem ser incorporadas às teorias devido a sua essencialidade ao funcionamento do sistema, podendo ser representadas de diferentes maneiras, como regras, costumes, cultura e, até mesmo, leis.

Desse modo, a abordagem econômica não está mais restrita ao mercado na promoção de respostas bem como o que busca responder, seus itens explicados. A “bagagem” explicativa e as questões a serem respondidas estão também vinculadas a assuntos tradicionalmente fora do escopo da Economia. Milonakis e Fine (2009) denotam que a adição de rigor as imperfeições de mercado na abordagem econômica

deu-lhe um tom palatável com as demais ciências sociais, aproximando o que até então era dividido entre não-racional e racional, dando mais ênfase na aplicação do último. Essa ênfase ao lado mais racional pela NEI provoca preocupações em autores com abordagens não-econômicas, como o sociólogo Swedberg (1900). O entendimento é que avanços do imperialismo econômico podem desencadear em uma nova batalha dos métodos (Methodenstreit) com um imperialismo semelhante ao disciplinar, potencializando a influência da Economia em detrimento das demais ciências, no caso a Sociologia. No entanto, há vestígios das normas de investigação de Mäki, demonstrando ter características das limitações imperialistas mas sem atendê-las integralmente.

A introdução de imperfeições à teoria levou a aplicação da escolha racional além das fronteiras econômicas. Tal fato descreve um vínculo existente entre a NEI com o imperialismo da Economia. As mudanças promovidas em relação à abordagem convencional deu um tom colonizador a essa escola tendo em vista a sua busca de abranger um conteúdo maior que era explicado até então. A abordagem convencional, limitada a fenômenos de mercado, agora, com as contribuições da NEI, avança a fenômenos pertencentes às demais ciências sociais, sendo tanto uma abordagem que impõe seus métodos como também absorve as contribuições das demais ciências sociais. Além disso, estudos referentes às imperfeições de mercado por parte da teoria da informação trouxe um aperfeiçoamento à abordagem da NEI tornando-a mais rigorosa bem como mais imperialista.

Partindo das mudanças. A concorrência perfeita promovida pela escola neoclássica não aborda de maneira correta a realidade e nem mesmo possui sustentação teórica para ser tratada como hipotética. Segundo Mäki (2002), Coase defende que as teorias possuem como objetivo representar o mundo concreto, necessitando incorporar as falhas do sistema econômico para que se possa alcançar tal objetivo. A adição da premissa das falhas de mercado é necessária para que a teoria possa atender uma indispensabilidade ôntica, cumprir uma restrição ontológica, mesmo que seja uma teoria hipotética. Logo, evidencia a preocupação de Coase com a capacidade da teoria de perseguir a unidade ôntica do mundo.

As inclusões do custo de transação, a estrutura institucional, a racionalidade limitada e o oportunismo, detalhadas anteriormente pelos autores, é o que torna a

teoria mais abrangente em seu escopo, complementada em termos explicativos e relativizando o seu objeto de estudo.

O abandono da suposição de custo de transação zero da abordagem convencional proporciona uma mudança nos aspectos metodológicos de investigação científica. Comentado anteriormente, a imposição de custos às transações não gerou profundas mudanças nas ferramentas de investigação convencional mas tornou-se necessário a sua complementação devido à extensão do campo de atuação da abordagem. Conforme Mäki (2004), o conjunto explicativo neoclássico não é adequado para analisar a alocação dos recursos sob a implicação de custos transacionais, que induz a necessidade de instituições.

Assim, Mäki (2004) descreve que Williamson e Coase agregam os determinantes dos custos de transação aos itens explicativos com o intuito de conceber uma articulação causal, elevar a capacidade explicativa da teoria. Por consequência, os custos de transação carregam as instituições que induzem uma explicação mais abrangente e profunda das questões. Mäki (2004) conclui que a relevância com os avanços explicativos está na captação de itens que anteriormente não eram explicados, agora fazendo parte de seu escopo.

Logo, os determinantes dos custos de transação, implicados no conjunto explicativo, trazem consigo as instituições, agora fazendo parte do que é explicado pela teoria. Os determinantes dos custos denotam a necessidade de economizá-los, o que será papel das instituições. A incorporação das instituições não limita-se a somente a adicionar ao escopo somente a sua capacidade redutora de custos mas também o seu papel como estrutura de governança ou organizacional de cumprimento dos contratos das operações e as implicações na organização interna das firmas, proporcionando a abertura da caixa-preta neoclássica.

A presença de oportunismo e de racionalidade limitada também proporciona mudanças semelhantes. De acordo com Mäki (2004), a racionalidade limitada provoca custos elevados para se obter as informações relevantes na atividade econômica. Já o oportunismo, implica a busca auto-interessada neoclássica estendida com astúcia em um movimento estratégico com desvio de regra. As duas suposições agregam ao conjunto explicativo da teoria. Além disso, Mäki (2004) salienta que a presença do oportunismo e da racionalidade limitada aos itens explicativos também provoca a

necessidade da presença das estruturas institucionais, o que acarreta no aumento dos itens explicados.

Ainda, os limites impostos à racionalidade nas ações humanas, implica profundidade nas análises tanto de mercado como as não mercadológicas. Sendo assim, as aplicações da racionalidade econômica é ampliada a um maior número de questões quando possui limitações, promovendo uma expansão do escopo através do aprimoramento explicativo.

Mesmo com o intuito de dar realismo à abordagem, Coase não tem como objetivo uma teoria que explique todas as questões existentes no mundo. Demonstrando o que poderia ser a restrição epistemológica de Mäki, o autor denota limitações à abordagem ao deixar de fora alguns fatores em razão da incerteza de abordá-los:

É claro que é verdade que nossas suposições não devem ser completamente realistas. Existem fatores que deixamos de fora porque não sabemos como lidar com eles. Há outros que excluimos porque não sentimos que os benefícios de uma teoria mais completa valeriam os custos envolvidos em incluí-los (COASE, 1988, p. 66, tradução nossa)¹⁵.

A significância teórica está na busca de retratar fenômenos que estão de acordo com a realidade. Coase agrega os custos de transação a sua teoria de modo a nova abordagem econômica buscar ligação com os acontecimentos no concreto, mesmo que demonstre certa essencialidade (MÄKI, 2004). Assim, Coase revela um certo pragmatismo ao descrever que uma teoria deve “[...] chegar à essência do que está acontecendo no sistema econômico [...]” (COASE, 1988, p. 68, tradução nossa)¹⁶.

Devido à relação cordial com as demais ciências sociais, a NEI na medida que impôs seu viés econômico institucional também foi receptiva aos fatores não-econômicos agregados à teoria. Os avanços do conteúdo racional econômico esteve apoiado em respeito aos limites das disciplinas receptoras, levando a novos estudos resultantes dessas relações (MILONAKIS; FINE, 2009). Mesmo que não seja plenamente representada, há certo grau de restrição institucional.

¹⁵ Do original em Inglês: “It is, of course, true that our assumptions should not be completely realistic. There are factors we leave out because we do not know how to handle them. There are others we exclude because we do not feel the benefits of a more complete theory would be worth the costs involved in including them” (COASE, 1988, p. 66).

¹⁶ Do original em Inglês: “[...] to get to the essence of what was going on in the economic system [...]” (COASE, 1988, p. 68).

O abandono de um sistema que tende ao equilíbrio com a aceitação de imperfeições sistemáticas levaram a abordagem convencional a desprender-se de uma teoria idealista para tornar-se uma teoria baseada no realismo. As questões institucionais impostas com a influência dos custos transacionais e com as dificuldades de buscar informações relevantes deram conteúdo a uma teoria que anteriormente era vazia de conhecimentos profundos dos movimentos econômicos.

Ao tornar a teoria mais densa em termos realísticos, a abordagem provou ser capaz de agregar a seu escopo novos fenômenos de modo a unificá-los. Essa unificação, descrita por Mäki no capítulo anterior, seria a confirmação da evidência do imperialismo econômico e que está presente na abordagem da NEI:

O pensamento é que é graças às informações mais profundas e refinadas das conexões causais relevantes de que a economia de custos de transação também pode buscar com sucesso o aumento da unificação explicativa (MÄKI, 2004, p. 330, tradução nossa)¹⁷.

Mäki descreveu o imperialismo econômico como um fenômeno em que há captação de fenômenos pertencentes a outras disciplinas que não a Economia. Até o presente momento não foi citada a relação direta da NEI com outras disciplinas. No entanto, os avanços dos estudos relacionados às imperfeições no mercado potencializaram relações da Economia com as demais ciências sociais, especialmente a Sociologia. Esses avanços foram através dos estudos referente a teoria da informação de Joseph Stiglitz e George Akerlof. A teoria desses autores acrescentou aos custos de transação maior rigor e deram capacidade de generalizar o conteúdo institucional, trazendo para o escopo econômico fatores não-econômicos como causa das imperfeições de mercado.

A teoria da informação por parte de Akerlof e Stiglitz foi proposta como contrária aos pressupostos de León Walras: mercados eficientes e informações completas. Quando há informações incompletas, o mercado não levará a resultados eficientes, revelando as suas falhas. Dentre os estudos sobre tais implicações, há o artigo de Akerlof em 1970, "Market of Lemons". Nele o autor demonstra a influência da ausência de informações completas na tomada de decisão de um comprador na aquisição de uma mercadoria de baixa qualidade sob a tutela de um vendedor de modo a revelar a

¹⁷ Do original em Inglês: "[...] the thought is that it is thanks to the deeper and more refined insight into the relevant causal connections that transaction cost economics can also successfully pursue increased explanatory unification (MÄKI, 2004, p. 330).

assimetria informacional no mercado. Como resposta a essa assimetria, segundo a NEI, medidas institucionais poderiam reduzir a assimetria na transação.

De acordo com Milonakis e Fine, a teoria da NEI, em um primeiro momento, era menos rigorosa em suas explicações principalmente no que concerne às instituições:

A Nova Economia Institucional como pioneira por Williamson, ele próprio baseando-se em Coase e na ideia simples de custos de transação, inicialmente estende o endógeno de uma forma extremamente limitada. A tentativa é feita para explicar a existência empiricamente inevitável de firmas, não apenas mercados, e fazê-lo da maneira mais parcimoniosa com referência ao custo das transações e como eles podem ser reduzidos através da organização interna (MILONAKIS; FINE, 2009, p. 87, tradução nossa)¹⁸.

Mesmo que tenha sido mais parcimoniosa em sua abordagem, a NEI trouxe interpretações das instituições como regras do jogo, por parte de North, bem como mecanismos de minimização de custos, proposto por Coase. Essas interpretações não pertenciam a um domínio fora da Economia apenas foram ocupadas na abordagem econômica.

A abordagem da instituição por parte da teoria da informação conserva as funções exercidas sob a ótica de Coase mas, agora, as instituições são representadas por fatores não-econômicos:

Mas a nova abordagem não limita seu escopo às instituições formais no sentido estrito. Também é capaz de estender sua bússola para considerar outros fatores não mercadológicos, como instituições informais, principalmente aqueles relacionados a comportamentos aparentemente não econômicos. Cultura, costumes, normas, hábitos e confiança, por exemplo, não são mais tidos como exógenos ou não racionais. Em vez disso, tal comportamento pode ser explicado como a resposta racional ou otimizada às imperfeições do mercado (MILONAKIS; FINE, 2009, p. 65, tradução nossa)¹⁹.

¹⁸ Do original em Inglês: "The new institutional economics as pioneered by Williamson, himself drawing upon Coase and the simple idea of transaction costs, initially extends the endogenous in an extremely limited way. The attempt is made to explain the empirically unavoidable existence of firms, not just markets, and to do so in the most parsimonious way by reference to the cost of transactions and how they might be reduced through internal organization" (MILONAKIS; FINE, 2009, p. 87).

¹⁹ Do original em Inglês: "but the new approach does not confine its scope to formal institutions in the narrow sense. It is also able to extend its compass to consider other non-market factors, such as informal institutions, not least those relating to apparently noneconomic behavior. Culture, customs, norms, habits, and trust, for example, are no longer taken to be exogenous or non-rational. Rather, such behavior can be explained as the rational or optimizing response to market imperfections." (MILONAKIS; FINE, 2009, p. 65).

Dessa maneira, na presença de imperfeições de mercado, as instituições com fatores não-mercadológicos daria respostas a essas assimetrias, como por exemplo a criação de garantias como medida de resposta ao mercado de limões de Akerlof. Mesmo agregando comportamento não-econômico às instituições, a base da abordagem manteria o cerne da economia dominante com o individualismo metodológico e a escolha racional (MILONAKIS; FINE, 2009).

A agregação da teoria da informação à abordagem das imperfeições de mercado da NEI deram condições dessa escola apresentar-se como imperialista ao abordar fenômenos não pertencentes ao escopo econômico. Tais fenômenos são pertencentes a disciplina da Sociologia, conforme Milonakis e Fine descrevem:

[...] exemplo típico de uma tentativa da Economia de invadir o objeto de outra ciência social, a sociologia, por meio do uso do *organon* econômico composto de racionalidade, eficiência e equilíbrio, complementado por custos de transação para adicionar o poder explicativo para abordar a existência e funcionamento das instituições (MILONAKIS; FINE, 2009, p. 91, tradução nossa)²⁰.

Passando a abordar fatores das demais ciências sociais às instituições, a NEI cria vínculos com o imperialismo econômico do tipo revolucionário descrito por Mäki, remodelando a abordagem convencional. Com isso, “[...] as próprias instituições passaram a ser entendidas como sinônimo de qualquer coisa que não seja estreita e diretamente econômico” (MILONAKIS; FINE, 2009, p. 78, tradução nossa)²¹. Além disso, a teoria da informação converge a uma aplicabilidade universal devido a aceitação de comportamentos não-econômicos como causa das imperfeições de mercado, ampliando o escopo de sua aplicação.

4.2 AS DEFINIÇÕES DE ECONOMIA DE MILL E ROBBINS E O IMPERIALISMO DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

²⁰ Do original em Inglês: “[...] typical example of an attempt by economics to invade the subject matter of another social science, sociology, through the use of the economic organon comprising rationality, efficiency and equilibrium, supplemented by transaction costs to add the explanatory power to address the existence and functioning of institutions” (MILONAKIS; FINE, 2009, p. 91).

²¹ Do original em Inglês: “[...] institutions have themselves become understood as synonymous with anything that is not narrowly and directly economic” (MILONAKIS; FINE, 2009, p. 78).

A partir das descrições, proponho a reflexão sobre as conexões com as definições de Mill e de Robbins.

Como evidenciado, a NEI demonstra ser uma abordagem menos isolada e mais convergente à interdisciplinaridade. Mesmo antes das contribuições de Akerlof e Stiglitz, a NEI revela motivações além do núcleo da escola neoclássica para explicar as imperfeições de mercado, com informações assimétricas e falhas de mercado. Com a presença das instituições como minimizadoras dos custos de transação, a abordagem econômica ganha um fator que potencializa as suas relações com fatores além do seu domínio. A relativização do que é a instituição cooperou para agregar ao escopo econômico fatores que anteriormente não abordava e estudar objetos que não eram originalmente de seu interesse.

Ao aderir a abordagem da teoria da informação, a Economia começou a agregar fatores causais de outras disciplinas através das instituições, associadas a fatores não-econômicos como respostas às imperfeições de mercado. Sendo assim, a NEI se encaixa no fenômeno imperialismo econômico, sendo a principal disciplina imperializada a Sociologia.

Tomando como ponto de partida Mill, a NEI é desvinculada de conexões com o autor no que se refere ao escopo e objeto de estudo. O escopo econômico proposto por Mill através de sua definição de Economia é mais delimitado em sua metodologia. Mill implica uma abordagem onde o escopo econômico é moldado pelo seu objeto de estudo, especificado no comportamento do homem na busca pela riqueza. Assim, não há trânsito entre as fronteiras da Economia com os conteúdos abordados fora dela. Como afirma Persky: “A mensagem a ser derivada do *homo economicus* de Mill não é que os humanos são gananciosos, nem tampouco que são racionais, mas que a ciência social funciona melhor quando limita o seu escopo de forma implacável [...]” (PERSKY, 1995, p. 230, tradução nossa)²². A partir da teoria da informação, a NEI aborda objetos de estudo de outras ciências sociais. Tal acontecimento, na concepção de Mill, seria inviável ser abordado pela teoria econômica visto que o objeto da Ciência Econômica é definido e imutável.

O caminho imperialista percorrido pela NEI revela vínculos com a abordagem de Robbins, tanto no escopo como no objeto de estudo. Robbins define o objeto através

²² Do original em Inglês: “The message to derive from Mill's *homo economicus* is not that humans are greedy, not that man is rational, but that social science works best when it ruthlessly limits its range” (PERSKY, 1995, p. 230)

do aspecto do comportamento humano, a escassez, podendo estudar objetos além das fronteiras econômicas desde que revelado tal aspecto. A NEI vai ao encontro dessa prática ao incluir fatores não-econômicos nas instituições, podendo abordar objetos de estudos de outras disciplinas. Outra semelhança está na aplicabilidade da abordagem de Robbins ser universal devido ao aspecto invasivo e imperialista da escassez, podendo influenciar na tomada de decisão individual bem como no equilíbrio ao nível social (HIRSHLEIFER, 1985). Através da teoria da informação, as instituições tornaram-se aplicáveis a outros domínios com a mesma característica de Robbins, abrindo o leque sobre o que é abordado pelas instituições.

É notável que a NEI desvinculou-se de uma definição mais vedada (Mill) e vinculou-se a uma definição mais aberta (Robbins) da Economia. A interdisciplinaridade da NEI não é o único exemplo abordado neste trabalho. A Economia, com sua capacidade invasiva, promoveu outras vertentes de estudo no século XX. No capítulo seguinte, há mais um exemplo de imperialismo econômico onde a disciplina imperializada é a Geografia.

5 A NOVA GEOGRAFIA ECONÔMICA

As relações entre as disciplinas da Economia e Geografia foram evidentes ao longo da história. Conforme Rahman e Dimand (2021), a teoria da Localização de von Thünen, Alfred Weber, Walter Christaller e August Lösch, que concebeu a Economia Urbana, e as contribuições de Walter Isard pouco antes da Segunda Guerra Mundial na fundação da Ciência Regional, são resultantes de tais relações.

A partir do surgimento desses ramos, aspectos espaciais foram abordados como objeto de estudo da Economia. No entanto, esses objetos mesmo que sejam localizados em ramos jamais foram assuntos no que concerne a abordagem convencional da disciplina, permanecendo em sua periferia. Segundo, Mäki e Marchionni (2011) a negligência por parte do mainstream sobre as questões espaciais abriram espaço para que geógrafos tomassem essas questões como pertencentes a seus domínios, resultando em novos ramos na Geografia, como a Geografia Econômica (GE). Tal ramo, surgido por volta de 1960, corresponde a estudos referente as distribuições da atividade econômica e dos fenômenos de aglomeração promovedores de desiguais desenvolvimentos espaciais.

Esses estudos despertaram interesse da Nova Geografia Econômica (NGE) ou Economia Geográfica a partir de seu nascimento com Paul Krugman no início da década de 1990 discordando das características analíticas predominantes na GE e promovendo uma abordagem convencional agregada com imperfeições de mercado. Essa nova abordagem da Economia gerou embasamento para formulação de políticas. A incursão expansionista da Economia revela-se com os instrumentais dominantes do mainstream agregados de custos transacionais aos estudos da Geografia. O fenômeno descrito corresponde, nas interpretações de Milonakis e Fine (2009b), a um revolucionário imperialismo econômico. Cabe, também, revelar a sua parcial aderência às restrições propostas por Mäki no terceiro capítulo. Por fim, a ligação mais harmoniosa da NGE com a definição de Robbins em relação a de Mill.

A teoria da localização alemã de Von Thünen com um aparato matemático aos moldes de Georg Pick compôs parte da abordagem da Economia ao final de 1930. De acordo com Rahman e Dimand (2021), essa tradição fez parte da teoria econômica, sendo aplicada a partir de modelos que visem a busca de uma localização de equilíbrio

parcial das atividades econômicas em um determinado espaço. Seus pressupostos estavam estabelecidos com concorrência perfeita e retornos constantes de escala.

Por basear-se nesses pressupostos e por tratar o modelo como equilíbrio parcial, a tradicional teoria alemã não foi aderida pela economia dominante pois esta possuía interesse em estruturas teóricas gerais. Em um primeiro momento, geógrafos também não atraíram a teoria alemã aos seus domínios em detrimento de um arranjo analítico ligado a Richard Hartshorne, com análises descritivas espaciais destacando a diferenciação das áreas (RAHMAN; DIMAND, 2021).

Com base nessa teoria, a GE utilizou-a como instrumento para explicar o desenvolvimento espacial desigual. Segundo Marchionni (2004), os geógrafos não estavam interessados em promover uma teoria geral de análise espacial das aglomerações, mas uma análise descritiva dos fatores específicos daquele espaço que havia aglomerações.

Somente a partir de 1960 que geógrafos renovam a sua estrutura analítica. Conforme Rahman e Dimand (2021), a Geografia adere a uma “virada quantitativa” ao aceitar modelos estatísticos e análises quantitativas ligadas à teoria tradicional alemã. Sendo assim, o progresso para os geógrafos estava ligado à teoria da localização.

Ainda, Rahman e Dimand (2021) salientam que na Economia a teoria da localização foi abordada apenas na periferia da disciplina, em seus ramos. A ciência regional promovida por Isard a partir de 1940, abordando a economia neoclássica com técnicas matemáticas e modelos formais.

Estudos de localidade da atividade econômica com Isard já estavam por ser produzidos com seu artigo “Location Theory and Trade Theory” (1954). Outro assunto que estava relacionado a teoria da localização é a teoria do comércio internacional, encarregada de seus estudos por Bertil Ohlin em seu artigo “International and Interregional Trade” (1933).

No entanto, ambas abordagens sustentam suas análises sob as presunções da teoria da localização tradicional, retornos constantes e concorrência perfeita. Enquanto não houvesse uma mudança nessas premissas, a abordagem desses assuntos ficariam somente aos cuidados dos ramos econômicos, sem uma abordagem por parte da economia convencional pois não há como formular uma teoria de equilíbrio geral a partir de tais pressupostos. Para isso, a NGE surge como solução a incongruência em questão.

Krugman, então, aborda os estudos da GE a partir da perspectiva da Economia. Em relação à abordagem da GE, Hassink e Gong (2017) denotam a alteração dos pressupostos na nova perspectiva. Anteriormente assumindo um mercado de concorrência perfeita e com economias de escala com retornos constantes, a NGE aborda um mercado de concorrência imperfeita e economia de escala com retornos crescentes. Além disso, pressupõe a mobilidade dos fatores de produção, capital e trabalho, e incorpora os custos de transação ao seu modelo.

A estrutura de modelagem da NGE é baseada no modelo Dixit-Stiglitz exposta no trabalho de Avinash Dixit e Joseph Stiglitz, "Monopolistic Competition and Optimum Product Diversity" (1977). O modelo teórico de comércio internacional combina competição monopolística com retornos crescentes de modo a tratar como os produtos são produzidos em uma estrutura voltada ao equilíbrio geral. Esse modelo é estendido à GE por Krugman de modo a analisar o espaço real de atividade econômicas relacionadas às aglomerações. A NGE marginaliza a análise das aglomerações através de uma teoria descritiva para acatar uma teoria com modelo abstrato e de uso da matemática dedutiva como instrumento analítico para a paisagem econômica.

Nas palavras de Krugman (1998), a sua pesquisa em 1991 retratada em "Increasing Returns and Economic Geography" e "Geography and Trade" foram precursoras da NGE, possuindo características de abordagens semelhantes às já promovidas anteriormente, mas, ao mesmo tempo, possuindo características próprias agregando para o conhecimento do meio acadêmico. Também, a nova abordagem agrega análises geográficas ao mainstream econômico.

A NGE tem como objetivo primordial "[...] explicar as disparidades econômicas regionais com base nos efeitos da aglomeração espacial" (HASSINK; GONG, 2017, n.p, tradução nossa)²³. A partir dessa perspectiva, a NGE produz modelos de representação de sua pesquisa. Esses modelos, de acordo com Mäki e Marchionni (2008), estão centrados em duas forças contrárias que interagem e constituem o cerne que resulta na distribuição espacial da atividade econômica, que são as forças centrípetas e as forças centrífugas. Enquanto as primeiras consistem em efeitos do tamanho do mercado, mercado de trabalho denso e economias externas, potencializando a concentração da atividade econômica, as últimas representam fatores imóveis, preço de insumos mais altos e deseconomias externas puras,

²³ Do original em Inglês: "[...] explain regional economic disparities on the basis of spatial agglomeration effects" (HASSINK; GONG, 2017, n.p)

potencializando a desunião da atividade econômica. Sendo assim, a aglomeração da atividade econômica ocorre na medida em que as forças centrípetas são maiores que as forças centrífugas.

Dentre os modelos trabalhados pela NGE há o mais significativo que é o modelo inicial de Krugman, o modelo de duas regiões ou modelo núcleo-periferia. Este modelo é baseado intrinsecamente em retornos crescentes, custos de transação e economia de escala como fatores propulsores de aglomeração econômica. Ainda, Hassink e Gong enfatizam as suposições do modelo:

Primeiro, há duas regiões, uma região central e outra periférica, e dois setores, agricultura e indústria manufatureira. Em segundo lugar, a produção e as atividades agrícolas são distribuídas uniformemente entre as duas regiões. Em terceiro lugar, as empresas podem escolher livremente a sua localização, sendo que cada uma tem os mesmos custos fixos. Em quarto lugar, não há custos de transporte dentro de uma região, apenas entre as regiões. Como consequência, não há custos de transporte, caso as empresas decidam dividir suas atividades entre as duas regiões. Em quinto lugar, a demanda total de manufaturados concentra-se na região central (HASSINK; GONG, 2017, n.p, tradução nossa)²⁴.

Podendo as suposições serem variadas, há diferentes consequências no que tange as concentrações espaciais. Caso uma empresa esteja localizada na região central da indústria de transformação e as demais empresas estejam localizadas na periferia e na divisa entre o centro-periferia, a empresa situada na região central terá vantagens nos custos (transporte, fixo e custos totais) em relação às demais. Os custos transacionais possuem peso nas vantagens espaciais. Em suma, a concentração espacial será maior na região em que houver custos de transporte mais baixos tendo em vista que a sua elevação estimula a dispersão e, por consequência, menor concentração.

Além deste modelo, Hassink e Gong (2017) descrevem que Krugman busca elucidar as especializações industriais no espaço geográfico justificados em três fatores marshallianos, mercado de trabalho especializado, concentração de

²⁴ Do original em Inglês: "First, there are two regions, one central and one peripheral region, and two sectors, agriculture and manufacturing industry. Secondly, agricultural production and activities are evenly distributed between the two regions. Thirdly, companies can freely chose their location, of which each has the same fixed costs. Fourthly, there are no transport costs within one region, only between the regions. As a consequence there are no transport costs, if companies decide to split their activities between the two regions. Fifthly, the total demand for manufactured goods is concentrated in the central region" (HASSINK e GONG, 2017, n.p).

fornecedores especializados e efeitos do transbordamento tecnológico. O desenvolvimento de uma indústria em um determinado espaço está na dependência de eventos ao acaso e acidentes históricos, que levam a um processo acumulativo de produção em sua estrutura geográfica caso o acontecimento seja favorável a essa indústria.

Tais pesquisas de estudo da NGE proporcionaram embasamento para a promoção de decisões políticas. Hassink e Gong (2017) enfatiza que os mesmos estudos proporcionados por Krugman na NGE também já haviam sido abordados por Hesham Abdel-Rahman e Masahisa Fujita em 1988, no periódico *Regional Science and Urban Economics*, sem o conhecimento de Krugman. Também agregaram na formulação de políticas. No entanto, diferem no que seriam o molde das suas teorias. Enquanto Krugman partiu de uma teoria do comércio internacional, Fujita e Abdel-Rahman partiu da ciência regional de Isard e a tradicional teoria da localização alemã. Mesmo que proporcionem estudos semelhantes, a importância dada a Krugman pela formação da NGE é inegável.

A negligência de assuntos ligados ao espaço e a geografia pela economia neoclássica foi cessada com o surgimento da NGE. A perspectiva de Krugman denota um movimento de utilizar os instrumentos neoclássicos agregados com imperfeições de mercado para complementar a GE, agregando e modificando os pressupostos que ali estavam e propondo uma perspectiva geral das aglomerações de atividades econômicas. Ou seja, há um movimento imperialista da Economia sobre a Geografia.

5.1 A NOVA GEOGRAFIA ECONÔMICA E O CONCEITO DE IMPERIALISMO ECONÔMICO DE MÄKI

As incursões de Krugman à Geografia, gerando a NGE, são interpretadas como um movimento imperialista. Há autores que afirmam esse fenômeno. Nas palavras de Ben Fine, “[...] o surgimento da NEG se relaciona com o que foi chamado de ‘imperialismo econômico’” (FINE, 2010, p. 16, tradução nossa)²⁵. Mäki e Marchionni percebem tons imperialistas no interesse dos economistas pelo espaço, pertencentes aos geógrafos: “Agora alguns geógrafos econômicos podem sentir que o renovado

²⁵ Do original em Inglês: “[...] the emergence of NEG relate to what has been termed ‘economics imperialism’” (FINE, 2010, p. 16).

interesse dos economistas por aquele território constitui um caso de intrusão imperialista” (MÄKI; MARCHIONNI, 2011, p. 655, tradução nossa)²⁶.

Tanto Fine (2010) quanto Milonakis e Fine (2009b) associam a NGE à fase revolucionária do imperialismo econômico devido à aceitação das imperfeições do mercado, espelhada nos custos transacionais. Desse modo, como já havia comentado em relação a NEI, a Economia passa a ser mais agradável às demais ciências sociais (no caso em questão, a geografia) por agregar fatores não-econômicos ao escopo da disciplina.

Evidenciamos neste começo a forte relação da NGE com o movimento imperialista sob a tutela de opiniões acadêmicas. A fim de dar ênfase a nossa afirmação, resta analisar a abordagem aos olhos de Mäki com o intuito de revelar o seu enquadramento naquilo que justifica o imperialismo econômico, a unificação explicativa. No entanto, assim como na NEI, a NGE demonstra um não cumprimento das normas restritivas apesar dos seus indícios ao discorrer neste capítulo.

Mäki e Marchionni (2011) afirma que o desenvolvimento da NGE é através do desejo da unificação explicativa. Relembrando Mäki, significa explicar muito com pouco. A unificação possui função primordial no processo de agregar ao escopo da NGE distintos fenômenos espaciais. Durante o processo de aglomeração, a distribuição espacial é desigual devido a diferentes fenômenos espaciais afetarem o processo. Podendo estes diversos fenômenos serem analisados por diversas teorias, a NGE trilha outro caminho para explicá-los:

Assim, a escolha é entre uma abordagem separatista, projetando e aplicando teorias distintas para lidar com o que parecem ser tipos distintos de fenômenos, e uma abordagem unificadora, aplicando e ajustando uma grande teoria para explicar essas várias classes de fenômenos e, assim, mostrar que eles afinal não são distintos. A economia geográfica vai para o último, propondo uma abordagem unificada e unificadora que deriva da aglomeração das decisões de localização de agentes otimizadores dentro de um quadro de equilíbrio geral (MÄKI; MARCHIONNI, 2011, p. 651, tradução nossa)²⁷.

²⁶ Do original em Inglês: “Now some economic geographers may feel that the renewed interest by economists in that territory constitutes a case of imperialistic intrusion” (MÄKI; MARCHIONNI, 2011, p. 655).

²⁷ Do original em Inglês: “So the choice is between a separatist approach, designing and applying distinct theories for dealing with what appear to be distinct types of phenomena, and a unifying approach, applying and adjusting one grand theory to account for those various classes of phenomena and thereby showing that they are not distinct after all. Geographical economics goes for the latter, proposing a unified and unifying approach deriving agglomeration from the location decisions of optimizing agents within a general equilibrium framework” (MÄKI; MARCHIONNI, 2011, p. 651).

Comentado anteriormente, a NGE se constitui a partir do interesse pelo conteúdo abordado pela GE. Mäki e Marchionni (2011) revelam que no interesse da NGE de explicá-los aos seus moldes, propicia uma unificação dos distintos fenômenos da GE como se fossem causa de um mesmo mecanismo econômico. A busca pela unificação explicativa de fenômenos pertencentes aos geógrafos também evidencia o agente condutor do imperialismo da NGE, sendo esses os economistas. Ou seja, um imperialismo conduzido externamente. Posto isso, o movimento da NGE indica um imperialismo de escopo (alcance).

Portanto, em sua busca pela unificação explicativa, a economia geográfica entrou no domínio da geografia econômica e assim se transformou em imperialismo de alcance (MÄKI; MARCHIONNI, 2011, p. 652, tradução nossa)²⁸.

O imperialismo de alcance é muito bem sucedido caso seja restringido. Resta demonstrar se há o respeito às quatro restrições de Mäki no imperialismo de alcance da NGE.

No que consiste a restrição ontológica, não basta apenas que a teoria promova derivações formais a partir de um exercício lógico. Ela deve manifestar os mesmos mecanismos de funcionamento do mundo real. Por mais que a unificação da NGE seja baseada em uma estrutura lógica matemática, a fundamentação dessa unificação é baseada ontologicamente devido a abordagem da teoria demonstrar que as aglomerações são provocadas pelos mesmos fenômenos econômicos do mundo real. Portanto, a unificação é motivada pela ontologia e assegurada pela matemática (MÄKI; MARCHIONNI, 2011; MÄKI; MARCHIONNI, 2009). Em concordância, a passagem abaixo disserta sobre o assunto:

[...] a economia geográfica é capaz de mostrar que os mesmos mecanismos funcionam em diferentes níveis de agregação espacial. [...] as mesmas forças econômicas subjacentes são relevantes para explicar a organização espacial das cidades, a interação entre as regiões dentro de uma nação, bem como a

²⁸ Do original em Inglês: "Therefore, in its pursuit of explanatory unification, geographical economics has entered the domain of economic geography and thereby turned into imperialism of scope" (MÄKI; MARCHIONNI, 2011, p.652).

distribuição desigual do PIB entre os países [...] (BRAKMAN; GARRETSEN; VAN MARREWIJK, 2001, p. 323, tradução nossa)²⁹.

Mesmo que a teoria da NGE capture as unidades ônticas do mundo, há uma indefinição nessa afirmação devido às incertezas inelimináveis existentes nos testes empíricos. Também, uma teoria mesmo buscando um grau elevado de unificação em outros territórios, sempre terá limitações de abordagem. Esse seria o que consiste na restrição epistemológica da NGE. No que tange os teste empíricos, é sabido que é a partir de suas conclusões que posso obter informações relevantes consonante a realidade em uma teoria. No entanto, há incerteza epistêmica nas ciências sociais. Logo, com a NGE não é diferente. A cerca disso, Mäki e Marchionni revelam a aceitação dessa incerteza por parte dos economistas na NGE:

Como os próprios economistas geográficos admitem, a evidência empírica ainda é escassa e muitas vezes inconclusiva e, em muitos casos, ainda falha em discriminar entre explicações alternativas (MÄKI e MARCHIONNI, 2011, p. 653, tradução nossa)³⁰.

A limitação na abordagem da NGE também é clara com a parcialidade natural das teorias em atender a todas as demandas explanatórias e preditivas relevantes dos fenômenos. A NGE no objetivo de explicar as aglomerações espaciais busca explicar as causas das atividades econômicas serem aglomeradas ao invés de dispersas em diferentes escalas. Todavia, não se atreve a explicar os motivos de ocorrer aglomerações em um dado espaço geográfico e não em outros, deixando essa para outra abordagem (MÄKI; MARCHIONNI, 2001).

A significância dos fenômenos unificados e a relevância das respostas construídas possuem importância nas teorias construídas. É inegável que teorias que marginalizam valores e questões altamente expressivas acabam sendo interpretadas como desprezíveis. As críticas por trás dos geógrafos aos economistas da NGE residem nesse ponto, entendendo que há características importantes que são excluídas da teoria. No entanto, a abordagem da NGE contribuiu para avanços em estudos

²⁹ Do original em Inglês: “[...] geographical economics is able to show that the same mechanisms are at work at different levels of spatial aggregation. [...] the same underlying economic forces are relevant for explaining the spatial organization of cities, the interaction between regions within a nation, as well as the uneven distribution of GDP across countries [...]” (BRAKMAN; GARRETSEN; VAN MARREWIJK, 2001, p. 323).

³⁰ Do original em Inglês: “As geographical economists themselves admit, empirical evidence is still scarce and often inconclusive, and in many cases it still fails to discriminate between alternative explanations” (MÄKI e MARCHIONNI, 2011, p. 653).

ligados a questões econômicas e geográficas e na formulação de políticas, por exemplo o “Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 2009” (FINE, 2010; MÄKI; MARCHIONNI, 2001).

A relação entre geógrafos e economistas não é amigável. O medo por parte dos geógrafos no que consiste a colonização da Economia sobre a Geografia reside no possível esquecimento da visão dos geógrafos, essa manifestada na GE. Por consequência, a relação entre ambas as disciplinas é predominantemente conflituosa. No entanto, a comunicação entre ambas de modo a identificar seus pontos fortes e fracos de suas teorias e métodos geraria um progresso científico. Como houve. Essa relação prolífera consiste no que seria a restrição institucional. Tal relação possui evidências, segundo Mäki e Marchionni (2011), em tentativas concretas de gerar progresso cruzando as disciplinas, como por exemplo a publicação do “The Oxford Handbook of Economic Geography” de Gordon Clark, Maryann Feldman e Meric Gertler.

Portanto, no que consiste o cumprimento à normatividade de Mäki, a NGE não atende completamente às restrições. Agora, as características do que seria um imperialismo econômico, capturando e unificando fenômenos abordados por outra disciplina, a NGE possui vínculos fortes com o movimento, representando o imperialismo da Economia sobre a Geografia. Ademais, mesmo que a Economia já tenha abordado questões espaciais anteriormente a NGE, a abordagem econômica dominante não havia utilizado o espaço como seu objeto de estudo, o que tornou-se possível com a NGE.

5.2 AS DEFINIÇÕES DE ECONOMIA DE MILL E ROBBINS E O IMPERIALISMO DA NOVA GEOGRAFIA ECONÔMICA

A NGE consiste em uma vertente da Economia que adentrou a Geografia de modo a modificar a abordagem anterior vinda desta última disciplina. A GE, vertente da Geografia, abordou as questões que influenciam as aglomerações espaciais buscando as causas que levam a sua ocorrência em um dado ambiente e não em outro. A NGE modifica essa abordagem, conservando o objeto a ser analisado, através de uma estrutura teórica generalizada. Ou seja, busca entender as causas das aglomerações espaciais ligadas às distintas atividades econômicas. Como

grande novidade, revelada anteriormente, a NGE agrega a abordagem convencional econômica a influência dos custos transacionais e importa as questões espaciais aos estudos. Com isso, revelam-se ligações da NGE em termos de objeto e de escopo com a definição de Robbins.

O surgimento da NGE demonstra a busca por um novo objeto de estudo na abordagem dominante da Economia: o espaço. Esta última esteve associada ao campo da Geografia. Economia Urbana e Economia Regional são vertentes da Economia que abordaram o espaço em seu escopo explicativo (Rahman; Dimand, 2021). No entanto, é a partir da NGE que a Economia começou a abordar os estudos espaciais na abordagem dominante (MÄKI; MARCHIONNI, 2011). A NGE não conserva os estudos ligados às origens da disciplina, como o mercado e a riqueza. Deste modo, a NGE denota à Economia avanços no campo da Geografia. Logo, a definição de Mill não possui ligações com a NGE. Como mencionado anteriormente, Mill estabelece que o objeto de estudo da Economia é a riqueza, sendo que nenhum outro objeto pode ser analisado por ela. Ou seja, a Economia não avança a campos não-econômicos pois é orientada pelo seu objeto. Já Robbins torna o seu objeto de estudo mais relativizado, dando-lhe a capacidade de potencializar a interdisciplinaridade da Economia devido ao aspecto do comportamento humano. Sendo assim, a definição de Robbins possui ligações em termos de objeto de estudo com a NGE. Ainda, Robbins demonstra uma capacidade expansionista em seu escopo de análise. A definição em termos de método (Robbins) abre muito mais o horizonte em relação a uma definição em termos de assunto específico (Mill) (IOANNIDES; NIELSEN, 2007). Como a NGE é considerada um movimento imperialista, o escopo da Economia aumenta em virtude desse movimento. Como evidência, Ben Fine demonstra que a Economia a partir da NGE promove um aumento tanto no escopo da disciplina quanto a seu aparato explicativo:

[...] a presunção é que uma disciplina indevidamente confinada está ampliando tanto seu conteúdo explicativo quanto seu escopo de aplicação. A esse respeito, a invasão, para dizer o mínimo, da economia na geografia

está longe de ser única, pois o mesmo processo ocorreu em outras ciências sociais[...] (FINE, 2010, p. 16, tradução nossa)³¹.

Já o escopo de Mill é devidamente restringido, como menciona Persky (1995), o que torna o seu escopo explicativo mais reduzido. Além disso, a sua definição por ser baseada no seu objeto de estudo torna ela mais delimitada no seu conteúdo. As ligações com a NEI a respeito do escopo se distanciam por conta disso. Logo, a definição de Robbins denota concordância em termos de escopo da NGE.

Assim como no capítulo anterior, a NGE demonstra afastamento de uma Economia mais ligada às suas origens, com escopo e objeto mais definidos, e em contrapartida revela vínculos com uma Economia de fronteiras mais abertas, com escopo mais abrangente e objeto mais relativo. Em outras palavras, a definição de Robbins está mais relacionada com a NGE do que a definição de Mill.

³¹ Do original em Inglês: “[...] the presumption is that an unduly confined discipline is broadening both its explanatory content and scope of application. In this respect, the encroachment, to put it mildly, of economics onto geography is far from unique as the same process has been involved across the other social sciences [...] (FINE, 2010, p. 16).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto, a Economia buscou a interdisciplinaridade promovendo estudos que abrangessem fenômenos não-econômicos em seu escopo; o que tornou possível também os movimentos imperialistas evidenciados ao longo do século XX.

A presente monografia analisou episódios do imperialismo econômico aos olhos das definições propostas de Lionel Robbins e John Stuart Mill. Ambas definições estão ligadas a momentos distintos da Economia em sua trajetória. Enquanto em suas origens a disciplina esteve mais isolada em relação às demais disciplinas, com o passar do tempo esse isolamento deu lugar a conexões, permitindo o seu movimento imperialista. Conforme analisado, a definição de Mill possui ligações com o isolamento da disciplina enquanto a Robbins associa-se ao seu movimento imperialista.

A definição de Mill mostrou-se totalmente limitada em sua abrangência devido ao seu propósito estar limitado aos estudos do comportamento do homem em busca da riqueza. Quaisquer desvios que fossem diferentes deste propósito, estariam fora do escopo da Economia. A definição de Robbins revela uma concepção mais abrangente da disciplina ao definir o objeto através de um aspecto do comportamento humano, a escassez. Sendo assim, qualquer objeto pode ser considerado parte da Economia desde que tenha esse aspecto.

A Economia, a partir de Robbins propôs movimentos de transferir, trocar e, até mesmo, impor seu arcabouço instrumental ao analisar os fenômenos das demais disciplinas. A esse processo chamado de imperialismo econômico utilizamos as contribuições de Mäki, entendendo que o imperialismo dar-se-ia através da concordância de quatro restrições (ontológica, pragmática, epistemológica e institucional). Mesmo com a dificuldade ao atendimento às restrições, a justificativa do movimento efetua-se com a unificação explicativa. A esse respeito, as vertentes econômicas escolhidas, Nova economia institucional e a Nova geografia econômica, demonstraram aderência.

Tanto a NEI quanto a NGE utilizam os instrumentos neoclássicos como seus itens explicativos, adicionados de custos transacionais. A adição de imperfeições de mercado tornou a Economia mais considerável nas relações com as demais

disciplinas. Enquanto a Nova Geografia Econômica incorpora fenômenos de estudo da Geografia, a Nova Economia Institucional adere aos fenômenos de estudo da Sociologia. Os fortes vínculos com o imperialismo econômico nos dois episódios demonstraram laços com a concepção de Economia de Robbins.

Por fim, a hipótese estabelecida para esta monografia demonstrou-se verdadeira na medida em os episódios estudados ligam de forma mais evidente o imperialismo recente da Economia com a perspectiva de Lionel Robbins.

REFERÊNCIAS

- BACKHOUSE, Roger; MEDEMA, Steven. Defining economics: the long road to acceptance of the Robbins Definition. **Econômica**, [s.l.], v. 76, n. s1, p. 805-820, Oct. 2009.
- BLAUG, Mark. **Metodologia da economia: ou como os economistas explicam**. São Paulo: Editora Edusp, 1993.
- BRAKMAN, Steve; GARRETSEN, Harry; VAN MARREWIJK, Charles. **An introduction to geographical economics: trade, location and growth**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- CAVALCANTE, Carolina Miranda. A economia institucional e as três dimensões das instituições. **Revista de Economia Política Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 373-392, 2014.
- COASE, Ronald Harry. 'How should economists choose?' *In: NUTTER, Gilbert Warren. Ideas, their origins, and their consequences*. Washington DC: American Enterprise Institute, 1988. p. 63–79.
- CORAZZA, Gentil. Ciência e método na história do pensamento econômico. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 35, n. 2, p. 107-135, 2009.
- DAVIS, John Bryan. Mäki on economics imperialism. *In: LEHTINEN, Aki; KUORIKOSKI, Jaakko; YLIKOSKI, Petri. (ed.) Economics for real*. London: Routledge, 2012. p. 203–219.
- FREY, Bruno. From economic imperialism to social science inspiration. **Public Choice**, Amsterdam, v. 77, p. 95–105, 1993.
- HASSINK, Robert; GONG, Huiwen. New economic geography. *In: ORUM, Anthony. et al. (ed.) Wiley-Blackwell encyclopedia of urban and regional studies*. London: Wiley-Blackwell (forthcoming), 2017.
- HIRSHLEIFER, Jack. The expanding domain of economics. **American Economic Review Special**, Nashville, v. 75, n. 6, p. 53 - 68, 1985.
- KEYNES, John Neville. **The scope and method of political economy, history of economic thought books**. 4 ed. Cambridge: McMaster University Archive for the History of Economic Thought, 1890.
- KRUGMAN, Paul. What's new about the new economic geography?, **Oxford Review of Economic Policy**, Oxford, v. 14, n. 2, p. 7–17, 1998.
- LAZEAR, Edward Paul. Economic imperialism. **The Quarterly Journal of Economics**, Oxford, v. 115, n. 1. p. 99-146, 2000.

LESSA, Carlos Francisco. **O conceito de política econômica: ciência e/ou ideologia?**. 1976. 2v Tese (Doutorado em Ciência Econômica) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1976. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1581337>. Acesso em: 13 mar. 2023.

MÄKI, Uskali. Economics. *In*: PSILLOS, Stathis; CURD, Martin. **The Routledge Companion to Philosophy of Science**. Routledge: Oxford-UK. p. 543-55, 2008a.

MÄKI, Uskali. Filosofia y metodología an la economia. In URRIETA, Juan José Jardon (eds), **Temas de Teoría Económica y so Metodo**. Ciudad Bolívar: Universidad de Santiago de Compostela, 2008b, p. 17-50. (Collección económica)

MÄKI, Uskali. Imperialismo da economia. **Econômica**, Paraná, v. 7, n. 3, p. 5-36, 2000.

MÄKI, Uskali. Notes on economics imperialism and norms of scientific inquiry. **Revue de Philosophie Économique**, v. 21, n. 1, p. 218-236, 2020.

MÄKI, Uskali. 'On the issue of realism in the economic of institutions and organizations: themes from Coase and Richardson'. In DOW, Sheila; HILLARD, John (eds), **Post Keynesian Econometrics, Microeconomics and the Theory of the Firm**. Cheltenham: Edward Elgar, 2002. p. 30-43.

MÄKI, Uskali. Theoretical isolation and explanatory progress: transaction cost economics and the dynamics of dispute, **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, v 28, n. 3, p. 319–346, 2004.

MÄKI, Uskali; MARCHIONNI, Caterina. Is geographical economics imperializing economic geography?, **Journal of Economic Geography**, Oxford, v. 11, n. 4, p. 645–665, 2011.

MÄKI, Uskali; MARCHIONNI, Caterina. On the Structure of Explanatory Unification: the Case of Geographical Economics. **Studies in History and Philosophy of Science**, [S.I.], v. 40, n. 2, p. 185–195, 2008.

MARCHIONNI, Caterina. Geographical Economics versus Economic Geography: Towards a Clarification of the Dispute. **Environment and Planning A**, [S.I.], v. 36, n. 10, p. 1737-1753, 2004.

MATTOS, Laura Valladão. A economia política como ciência autônoma: um estudo sobre as contribuições metodológicas de J. S. Mill. **Revista de Economia Política**. 1999.

MATTOS, Laura Valladão. Transformando 'verdades abstratas' em 'verdades concretas': uma análise sobre a metodologia econômica de J. S. Mill. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 34, n. 1, 2004.

MILL, John Stuart. Sobre a definição da economia política e o método de investigação próprio dela. In: MILL, John Stuart; BENTHAM, Jeremy. São Paulo: Abril, (1874[1974]). Cap. 5, p. 291-315. (Coleção Os Economistas).

MILONAKIS, Dimitris; FINE, Ben. **From Economics Imperialism to Freakonomics: The Shifting Boundaries between Economics and other Social Sciences**. London: Routledge, 2009.

PERSKY, Joseph. Retrospectives: the ethology of homo economicus. **Jornal of Economic Perspectives**, Nashville, v. 9, n. 2, Spring 1995.

RAHMAN, Jasmen; DIMAND Robert. The Emergence Of Geographical Economics: At The Contested Boundaries Of Economics, Geography And Regional Science. **Journal of the History of Economic Thought**, Cambridge, v. 43, n. 2, p.241-261, 2021.

RAMOS, José Maria Rodriguez. **Lionel Robbins: Contribuição para a Metodologia da Economia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

ROBBINS, Lionel. **Um ensaio sobre a natureza e a importância da ciência econômica**. São Paulo: Saraiva, 2012.

SOUTER, Ralph William. **Prolegomena to a Relativity Economics: An Elementary Study in the Mechanics and Organics of an Expanding Economic Universe**. New York: Columbia University Press, 1933.

SWEDBERG, Richard. The new 'Battle of Methods'. **Challenge**, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 33–38, Jan./Feb. 1990.